

UMA PUBLICAÇÃO DA BIBLIOTECA DA FLORESTA - RIO BRANCO - ACRE - MAIO DE 2010

Índios **ISOLADOS** no Acre



Índios ISOLADOS no Acre



Apresentação

A Biblioteca da Floresta atua na construção do desenvolvimento sustentável na Amazônia e particularmente no Acre. Como parte desse objetivo, a publicação da Revista *Índios Isolados no Acre* propõe uma reflexão sobre a presença e ativa participação dos povos indígenas na história acreana, além de sua rica contribuição social, cultural e ambiental na atualidade.

Índios Isolados no Acre é resultado da segunda exposição temática montada pela Biblioteca da Floresta, em agosto de 2008, que permaneceu por mais de um ano em exibição e continua acessível no site da instituição.

Colocando os índios isolados como protagonistas centrais na narrativa histórica, a revista trata dos processos de ocupação do território acreano, das violências que marcaram as correrias e as relações com os seringais, das políticas indigenistas de proteção e regularização fundiária, bem como da situação atual, marcada pelo crescimento populacional dos povos isolados e a ampliação de seus territórios de uso. E alerta para a necessidade de políticas públicas, inclusive binacionais, que garantam a proteção dos territórios, das formas de vida e dos patrimônios culturais desses povos.

A publicação da revista propõe levar esses temas ao conhecimento de professores e estudantes da rede de ensino, enriquecendo conteúdos de várias disciplinas da grade curricular e alimentando discussões renovadas sobre as trajetórias históricas dos povos indígenas e sua importância contemporânea.

Nosso objetivo maior é fomentar o respeito pela diversidade étnica que hoje compõe o mosaico humano no Acre, colaborando para a formação de um olhar mais humano e realista em relação ao destino desses povos. Sua sobrevivência, seus direitos e sua autonomia hoje dependem de compromissos institucionais e das atuais e futuras gerações da sociedade acreana.

Sumário

<i>Habitantes das cabeceiras</i>	06
<i>No tempo das malocas</i>	08
<i>A invasão dos territórios indígenas</i>	10
<i>“Correrias de índios”</i>	14
<i>Proteger e civilizar</i>	16
<i>O Serviço de Proteção aos Índios no Acre</i>	18
<i>A demarcação da fronteira</i>	20
<i>O surpreendente encontro com os Jaminawa</i>	22
<i>Uma questão de segurança</i>	24
<i>As marcas da submissão</i>	28
<i>“Nós não somos os culpados”</i>	30
<i>Direito ao isolamento</i>	32
<i>Nos altos rios acreanos</i>	34
<i>Políticas de proteção aos isolados no Acre</i>	36
<i>Territórios dos Isolados</i>	40
<i>Quem são os Isolados?</i>	42
<i>Os Mashco Piro</i>	46
<i>Vivendo na floresta</i>	48
<i>O perigo voltou</i>	52
<i>O crescimento da população</i>	56
<i>Perspectivas e desafios</i>	58
<i>Galeria dos Isolados</i>	60
<i>Saiba mais</i>	78

Habitantes das Cabeceiras

A ocupação dos povos indígenas no Acre

Os índios são os moradores mais antigos das terras acreanas. Registros históricos mostram que quando os primeiros exploradores chegaram aqui, em meados do século XIX, viviam na região pelo menos 50 diferentes povos indígenas. Esses povos – a maioria falante de línguas Pano, Arawak e Arawá – habitavam as cabeceiras dos rios Acre, Iaco, Chandless, Purus, Envira e Juruá.

Os diferentes grupos indígenas viviam na floresta, fazendo amplo uso de seus recursos. Suas aldeias eram construídas nas terras firmes, próximas a cabeceiras de igarapés. As habitações eram grandes e abrigavam diversas famílias. Eles praticavam a agricultura, a caça, a pesca e a coleta de produtos florestais – e nos meses mais secos,

desciam às margens dos grandes rios para pescar, extrair ovos de tracajás e caçar jacarés.

No Alto Rio Purus e no baixo Rio Acre predominavam povos da família linguística Arawak, como os Apurinã, Manchineri e Jamamadi – que viviam há pelo menos 5 mil anos desde a confluência dos rios Pauini (AM) e Purus até a região das encostas orientais do Andes.

Um grande espaço do médio e alto curso do Rio Juruá e seus afluentes – como o Tarauacá, o Muru, o Envira e o Moa – era dominado por numerosos grupos da família linguística Pano, dentre eles, os Kaxinawá, Jaminawa, Amahuaca, Shawādawa, Poyanawa, Xixinawa, Yawanawá e Shanenawa. Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, ao Norte do Acre, habitavam os Katukina. Acredita-se que esse grupo tenha surgido há cerca de 2 mil anos. Sua população era pequena e como estavam cercados pelos Arawak a Leste e por grupos Pano a Oeste, foram obrigados a explorar apenas as terras firmes – menos ricas em alimentos que as margens dos grandes rios.

Até onde a vista alcança

Distribuição dos povos indígenas que, em início do século passado, viviam no Território Federal do Acre e em suas fronteiras com o Peru e a Bolívia (Fonte: Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, adaptado do Mapa de Curt Nimendaju, 1944. Rio de Janeiro, IBGE, 1987).

- Povos ainda existentes
- Povos desaparecidos

Tempo de liberdade

Na época anterior à chegada do homem branco no Acre, os povos que viviam nesta região habitavam grandes malocas, chamadas de kupixawa, que abrigavam várias famílias. Elas eram construídas, normalmente, próximas ao roçado e à água: o chão era de terra batida e o teto alto, coberto de palha.

Nas narrativas dos povos que sobreviveram ao contato com o branco e ainda hoje habitam o Estado, o tempo das malocas é lembrado como o tempo dos antepassados, aquele que conta o começo de suas histórias, tradições, crenças e costumes. É o tempo mais antigo para os índios, quando a língua materna era falada livremente e os rituais, festas, danças e pinturas corporais praticados no dia-a-dia.

Representação de casal da família linguística Pano (acima, à esq.) e da família linguística Arawak (ao lado), habitantes tradicionais das terras acreanas.



Noticias de Outrora

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11/01/1913

No tempo das malocas

Escreve-nos o Sr. Luiz Sombra

Antigamente, quando os cachinauás ainda dominavam as margens dos rios principais, aí erigiam seus cupichauas e abriam seus roçados, hoje, porém, com a crescente invasão dos seringueiros, vêem-se obrigados a se estabelecer às margens dos mais recônditos igarapés no recesso das matas, onde ficam menos expostos aos ataques dos caucheiros e seringueiros.

Escolhido e marcado o terreno para a abertura do roçado começam sua derrubada do seguinte modo: com pequenos machados de pedra picam e descascam os troncos das árvores até a altura de um homem, expondo assim o seu lenho até que fiquem completamente secos, deitando então fogo a cada um deles e esperando pacientemente que as árvores caiam depois de consumidas pelo fogo os seus troncos, serviço esse que dura

alguns dias (...). Feito a derruba passam a semear o milho, e somente o milho, cuja palha seca é apropriada, após a colheita, para a queima do roçado, que é depois encoivarado, seguindo-se então o plantio dos vegetais úteis a sua existencia a saber: o algodão para os fios e tecidos, a cana brava ou frecheira, também chamada tacana, para as hastes das flechas, o coentro e a pimenta para os temperos, o tabaco para as pitadas, o timbó e o tingui para as pescarias, o urucu, para a tinturaria, e finalmente várias espécies de abóboras, aipim, bananeiras, batatas, carás, favas, inhames e mamoeiro, que constituem sua principal alimentação (...).

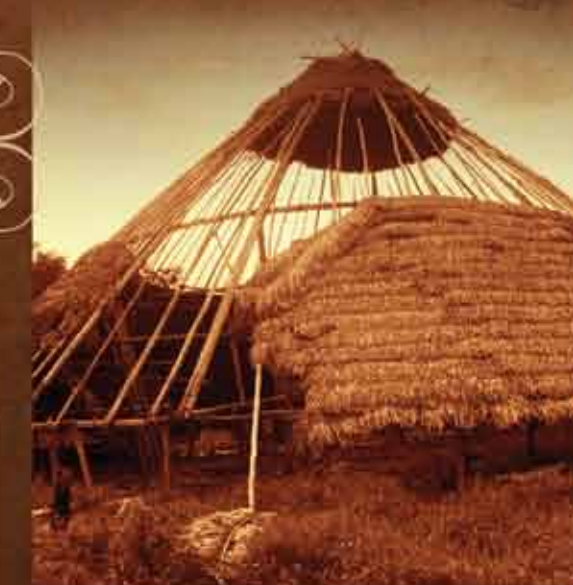
Outrora cultivavam em torno dos cupichauas muita pupunha, palmeira que dá fruto muito alimentício e que se come cozido, mas atualmente não plantam mais, por não



terem a certeza de chegar a colher seus frutos, devido ao receio em que vivem de serem expulsos de seus roçados a qualquer instante. Esses pupunhais extinguem-se logo em seguida às correrias, porque os seringueiros deitam geralmente abaixo essas e outras palmeiras para colher seus frutos.

Só não plantam no roçado o mondobim, que é semeado nas praias dos igarapés e replantados depois nas capoeiras.

O preparo do roçado é comum a toda a maloca, sendo um serviço coletivo, ao passo que seu plantio e limpeza são um trabalho individual, cada individuo semeando na parte que lhe convém colher; e a limpeza do mato é feita com as mãos ou com cascos de tartaruga, a guiza de enxadas se ainda não possuem, arrajam com os seringueiros da vizinhança.



“O copichaua consiste em um longo galpão coberto de palha, muito alto no meio e descaindo em duas águas até pouco mais de um metro acima do solo, sem paredes nem resguardos laterais, só se podendo entrar neles em pé pelas extremidades e sendo preciso inclinar o corpo para se poder sair pelos lados. Não tem divisões internas, sendo seu interior comum a todos os moradores; cada família, porém, tem seu fogo, seus utensílios, suas redes, suas espigas de milho e seus molhos de mondobi nos lugares previamente designados pelo tuchaua e que ficam assinalados pelos esteios e vigas que sustentam o teto. O copichaua é sempre levantado no meio do roçado, no lugar em que o terreno é mais elevado, e os roçados são abertos nas terras firmes à margem de algum rio ou igarapé.

Cada uma das malocas da tribo é pois constituída por um certo número de famílias que vivem sob a direção de um tuchaua, morando todos juntos em um só barracão que erigem no meio de um roçado onde se abastecem”

Trechos do texto “Os Cachinauas - ligeiras notas sobre seus costumes”, de autoria do Tenente Luis Sombra, homem destacado pelo primeiro Prefeito do Departamento do Alto Juruá, Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em 1905, com a missão de combater as correrias no rio Tarauacá. Em suas viagens, Sombra visitou malocas Kaxinawá no rio Iboiaçu, afluente do alto rio Murú.

A invasão dos territórios indígenas

A chegada dos primeiros exploradores e a violência das correrias

Os primeiros exploradores chegaram aos altos rios Juruá, Purus e Acre na década de 1870. Com a crescente demanda por borracha no mercado internacional, o seringal se consolidou como principal empreendimento econômico na Amazônia Ocidental. O governo brasileiro viu na expansão dos seringais um caminho para a ocupação territorial de uma região de fronteira na Amazônia, que então disputava com a Bolívia e o Peru, e para aumentar as exportações do país.

Milhares de nordestinos foram trazidos para

cá, ajudando na abertura e depois na exploração dos seringais. Nesse período, teve também início o principal período da atividade caueira, feita por peruanos chegados por caminhos que saíam de vários afluentes do rio Ucayali.

Os patrões seringalistas e os caueiros tinham a presença dos grupos indígenas, principalmente nas áreas ricas em seringa e caucho, como obstáculo para o sucesso dos seus negócios. A abertura dos seringais e a extração do caucho representaram para os povos indígenas a invasão de seus territórios e o início de um longo período de violência. Por

quase meio século, as correrias, expedições armadas, organizadas por patrões e caueiros, foram usadas para matar, perseguir, capturar e afastar grupos indígenas. A violência foi tão grande que muitos povos foram dizimados.

Correrias

Em locais onde a presença indígena constituía ameaça à abertura dos seringais, ou à produção, correrias foram patrocinadas para destruir as malocas comunais, matar considerável parte dos moradores, forçar a saída dos sobreviventes e, em certos casos, capturar mulheres e crianças indígenas. As correrias eram justificadas pelos patrões e caueiros com discursos que concebiam os índios como “selvagens”, “feras” (“animais”) e “pagãos” (ou “infiéis”). Mesmo com a definitiva instalação dos seringais, correrias continuaram a ser realizadas em certas regiões para manter os índios “brabos” afastados das colocações, segundo os patrões, para “dar segurança” aos seringueiros e garantir a produção da borracha.

As violências das correrias só diminuíram ao longo da década de 1910, quando o preço da borracha caiu no mercado internacional. Com a crise na economia da borracha, os donos de seringais foram obrigados a suspender a compra de mercadorias e gêneros alimentícios – antes trazidos de Manaus e Belém – e a diversificar suas atividades, se dedicando também à agricultura e à criação de pequenos animais.

Foi nesse período que os patrões chegaram à conclusão de que, ao invés de continuar fazendo correrias contra os indígenas, poderia ser mais conveniente “amansar” os índios e incorporar sua mão de obra nas atividades nos seringais.

O Winchester, calibre 44, o famoso “papo amarelo”, foi a principal arma usada nas correrias. Ainda hoje é conhecido como o “rifle que conquistou o Oeste”, por alusão à sua ampla utilização no processo de “conquista” do oeste norte-americano.

Além de bons agricultores, os índios conheciam os segredos da pesca e da caça e, em certas regiões, tiveram importante papel para permitir que os barracões dos patrões e os seringais continuassem funcionando.





Ilustração de Robson Rogério Brandão

Violência e mortes

Em suas desobrigas e pesquisas etnológicas pelo Alto Rio Juruá e seus afluentes, nos anos de 1910-1920, o padre francês Constant Tastevin, em muitas ocasiões ouviu relatos das correrias que os caucheiros e os patrões realizaram contra os povos indígenas dessa vasta região. Diz o religioso no texto “O rio Murú”, publicado na Revista La Geographie, de Paris, em 1925:

“Nada mais fácil do que acabar com uma tribo incômoda. Reúnem-se de 30 a 50 homens, armados de carabinas de repetição e munidos cada um com uma centena de balas, e, à noite, cerca-se a única maloca, em forma de colméia de abelhas, aonde todo o clã dorme em paz. No nascer do sol, na hora em que os índios se levantam para fazer a

primeira refeição e os preparativos para a caça, um grito convencionado dá o sinal, e os assaltantes abrem fogo todos juntos e à vontade.

Pouquíssimos sitiados conseguem escapar: levam-se as mulheres e as crianças que podem ser pegos vivos, mas não se perdoam os homens que, por sua vez, se mostram sem medo e indomáveis. (...) foram os peruanos semi-civilizados do Ucayali que, lançados pioneiramente à procura da Castilloa elastica, se mostraram mais ardentes nestas “correrias”. Para eles, um índio não era mais do que um irracional que podia ser morto como um macaco.”

(Fonte: Texto original traduzido pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), da Universidade de São Paulo).



Sabe tudo!

Até as duas primeiras décadas do século XX, caucheiros peruanos organizaram correrias contra os indígenas, queimando suas malocas e destruindo seus roçados. Em certos casos, esses ataques faziam parte de acordos com seringalistas brasileiros que tinham interesse em manter os “brabos” afastados de suas propriedades.

Muitos grupos indígenas que viviam na região deixaram de existir devido às correrias. Entre os que sobreviveram, alguns acabaram mais tarde se engajando na empresa seringalista; um número pequeno (mas diverso) se refugiou nos dois lados da fronteira do Brasil com o Peru, distantes dos seringais. Esses povos ficaram conhecidos na região como os “índios brabos” e, a partir da política de proteção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), são hoje conhecidos como os “isolados”.

A exploração do caucho e os povos indígenas

O Sertanista José Carlos dos Reis Meirelles trabalhou por nove anos no Rio Iaco, mantendo contato direto com o povo Jaminawa. No texto “Onde e como vivem os isolados”, publicado no site da Biblioteca da Floresta, Meirelles relembra histórias que ouviu de índios Jaminawa sobre a época de exploração do caucho na região. Segundo ele, esse povo “perdeu uma quantidade incalculável de homens, mulheres e crianças, massacrados pelos caucheiros. Para guerrear de igual para igual, passaram a atacar os caucheiros para roubar rifles 44. Com a população reduzida, com pouca comida, pois não havia tempo de cultivar os roçados, correndo de um lado para outro, sempre fugindo, resolveram se entregar, nas cabeceiras do Rio Purus, a um

caucheiro peruano”. Meirelles fala também que o sarampo e a gripe mataram mais que as armas dos brancos. Segundo ele, a população Jaminawa - povo que podia ser contado aos milhares, assim como outros grupos indígenas - foi reduzida para menos de 300 pessoas. “Eles trabalharam muitos anos para os caucheiros peruanos e, cansados de serem explorados, mudaram-se para o Rio Iaco, para serem explorados pelos patrões no seringal Petrópolis, em território brasileiro”, diz o sertanista. No texto, Meirelles afirma que um pequeno grupo do povo Jaminawa não se entregou e acredita que “talvez viva até hoje, isolado, entre as cabeceiras do Purus e Juruá, ocupando parte de seu antigo território entre o Brasil e o Peru”.

“Correrias de índios”

Escreve-nos o Sr. Luiz Sombra

Tendo lido, há dias, no Jornal do Commercio, um telegrama dando notícias das bárbaras correrias que têm sofrido os índios do Alto Tarauacá, afluente do rio Juruá, julguei oportuno dizer algo sobre essas barbaridades por mim já conhecidas muito de perto, quando ali estive, em 1905 e 1906, como delegado administrativo do então Prefeito do Alto Juruá, o laborioso e provector General Dr. Thaumaturgo de Azevedo. (...)

Quando estive no rio Embira, (...) tomei conhecimento de inúmeras crueldades ali praticadas anteriormente pelos caucheiros dos negociantes peruanos Lecca, Penna, Scharf e outros.

Em um seringal do baixo Embira, foi inteiramente aniquilada em uma só correria a última maloca dos Connilus, refugiados naquele rio, não escapando um só, sendo todos trucidados.

A expedição dessas correrias é geralmente ocasionada pelos três motivos seguintes: 1º, para iniciar a exploração de um seringal ou cauchal; 2º, em represálias; 3º, como gênero de sport. (...)

As correrias da 1ª categoria são quase sempre feitas por peruanos, quer por conta própria, quer por conta de terceiros.

Elas se realizam no primeiro caso, quando os peruanos procuram expulsar os índios das malocas existentes nos cauchais, que exploram, afim de se abastecerem nos grandes roçados que esses aí deixam; e têm lugar, no segundo caso, quando os patrões, nossos patrícios, repugnando-lhes mandar exterminar diretamente as malocas dos índios existentes nos seringais que pretendem explorar, encarregam de daí os afugentar aos caucheiros peruanos, dando-lhes em troca desse serviço o caucho porventura existente no meio dos seringais.

Em geral, os índios não se opõem às explorações dos seringueiros, contanto que lhes não devastem os roçados, nem lhes arrebatem as mulheres e filhos: de sorte que os exploradores brasileiros só fazem essas correrias quando têm a lidar com índios intratáveis, salvo nos casos que as praticam por simples perversidade.

Tratemos agora das correrias feitas em represália. Essas têm lugar quando o pessoal de um seringal vai assaltar os índios de uma maloca para vingar a morte de companheiros seus que, por sua vez, já foram vítimas de vingança daqueles por ofensas que lhes houvessem feito anteriormente e que poder ter consistido no assassinato de algum

índio, no rapto de cunhãs ou curumins, ou em furtar nos seus roçados.

São, portanto, os seringueiros os provocadores dos índios e os culpados dessas correrias em represálias a que se sujeitam seus patrões, obrigados a se identificar com a vingança de seu pessoal, afim de que esse não abandone o serviço da extração da borracha, o que lhes causaria grande prejuízo.

Entre a vingança dos seringueiros e a dos nossos silvícolas há uma pesada diferença contra os que se dizem civilizados. Esses atacam aqueles de surpresa em suas malocas, que arrasam completamente, trucidando a todos que ali encontram, sem dó nem piedade, raramente poupando alguma mulher ou criança, a quem aprisionam e escravizam; ao passo que os selvagens procedem nobre e generosamente, nunca atacando seus inimigos sem lhes ter feito previamente três avisos espaçados, afim de que eles procurem evitar a sua vingança ou não insistam mais no dano que lhes estejam causando.

E é os que assim tão nobre e generosamente procedem que são acoimados com o labéu injusto de traiçoeiros!

Falemos agora das correrias como gênero de sport, que são as mais injustificáveis, as mais perversas de todas, mas, felizmente, muito raras.

Elas têm lugar após a colheita da goma elástica, de Janeiro a Março, quando caucheiros e

seringueiros estão desocupados, e são organizadas pelo preconceito feroz que eles alimentam de que não é pecado nem crime matar índios, porque eles são pagãos, ou infieis, como dizem os peruanos. Nessas correrias, feitas quase sempre sem assentimento nem conhecimento dos patrões, os seringueiros vão atacar as malocas vizinhas ou descobrir outras, de onde afugentam os índios e lhes arrebatam mulheres e filhos, dando-as ou vendendo-as depois, amaziando-se alguns com as cunhãs que trazem e criando mesmo curumins e cunhatinas que tomam paternal carinho.

“Constantemente lemos nos jornais das cidades de fronteira, noticias sobre ataques a seringais, pelos “Cachinauas”. Quando trabalhamos no “Embira”, em 1923 e 1924, fizemos indagações minuciosas, e chegamos à conclusão de que todos os ataques aos seringais, pelos “Cachinauas”, foram a consequência de perseguições e usurpações anteriormente feitas pelos civilizados contra os silvícolas e suas propriedades. As “correrias” são caçadas sistematicamente organizadas contra os indefesos indígenas e suas famílias. Os ataques dos “Cachinauas” são a manifestação do mais sagrado dever do homem: a defesa da família e da propriedade contra os cruéis organizadores de correrias, que geralmente são caucheiros ou apaniguados dos proprietários de seringais”

A avaliação de que os ataques armados dos indígenas contra os “civilizados” constituíam uma legítima represália às correrias e ao saque de suas propriedades foi também feita por João Braulino de Carvalho, médico da Comissão Mista que nos anos de 1920 realizou o levantamento e a demarcação da fronteira Brasil-Peru. Seu texto “Breve notícia sobre os índios que habitam a fronteira do Brasil com o Peru”, foi publicado no Boletim do Museu Nacional (Nova Série), em setembro de 1931.

Proteger e civilizar

A política indigenista do Brasil
no começo do século XX



Grupo de índios peruanos Campa, na foz do rio Breu, a serviço do patrão Cândido Ferreira Baptista. Fonte: Álbum Fotográfico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (1928). Arquivo Histórico do Itamaraty - RJ.



Acima, índios Jamina e Amahuaca, após o contato e a "pacificação", em 1913. Fonte: "Autos da Comissão de Inquérito na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios" / Arquivo Nacional - RJ.

No Território Federal do Acre, as primeiras iniciativas oficiais para a proteção dos povos indígenas das correrias surgiram na segunda metade dos anos 1900, por iniciativa do prefeito do Departamento do Alto Juruá, Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo.

A garantia de direitos territoriais aos grupos indígenas esteve dentre as medidas defendidas por Thaumaturgo, que também era contra as correrias – ele chegou a usar força policial e ações judiciais para coibir essa prática. No entanto, o prefeito do Departamento do Alto Juruá acreditava que os índios precisavam ser "civilizados" e por isso procurou meios para "catequizar" as populações indígenas da região, uma política que não escondia

a esperança de que esses povos se incorporassem às atividades produtivas do seringal.

Foi também com a idéia de proteger os grupos indígenas que o governo federal criou, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Para resguardar a integridade física e as culturas dos diferentes povos o novo órgão, chefiado pelo então Tenente-Coronel Cândido Rondon, tinha dentre as suas diretrizes a "pacificação" dos índios (considerados "selvagens" ou "arredios"), agrupando-os em postos e povoações indígenas, no intuito, por outro lado, de facilitar a implantação das atividades econômicas então em expansão nas diferentes regiões do território nacional, inclusive na Amazônia.

O primeiro órgão para as questões indígenas

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi o primeiro órgão do governo brasileiro com o objetivo de tratar questões indígenas. Ele foi criado em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072, e em 1918 passou a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Refletiu um período em que a política do Brasil em relação às populações indígenas tinha como base a preocupação em "civilizar" o índio. Prova disso é que entre as finalidades do SPILTN estavam a promoção de mudanças no modo de vida indígena e a fixação dos índios à terra como trabalhadores rurais.

No Alto Juruá

Para combater a "escravidão" de indígenas e financiar as ações de "catequese" da Prefeitura do Departamento do Alto Juruá, o prefeito Thaumaturgo de Azevedo instituiu e regulamentou, por decreto, a "Lei do Trabalho". Com ela, os patrões tinham um prazo de seis meses para requisitar a tutela dos menores de idade, de ambos os sexos, índios ou órfãos, que tivessem em seu poder. E a partir de então, eram obrigados a pagar para a Prefeitura, trimestralmente, uma contribuição, "a título de salário", para a formação de um fundo a ser repassado aos tutelados no momento de sua emancipação, ao atingirem a maioridade.

O Serviço de Proteção aos Índios no Acre



Índios Poyanawa e Arara reunidos em Cruzeiro do Sul (1913).
Fonte: "Autos da Comissão de Inquérito na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios" / Arquivo Nacional - RJ.

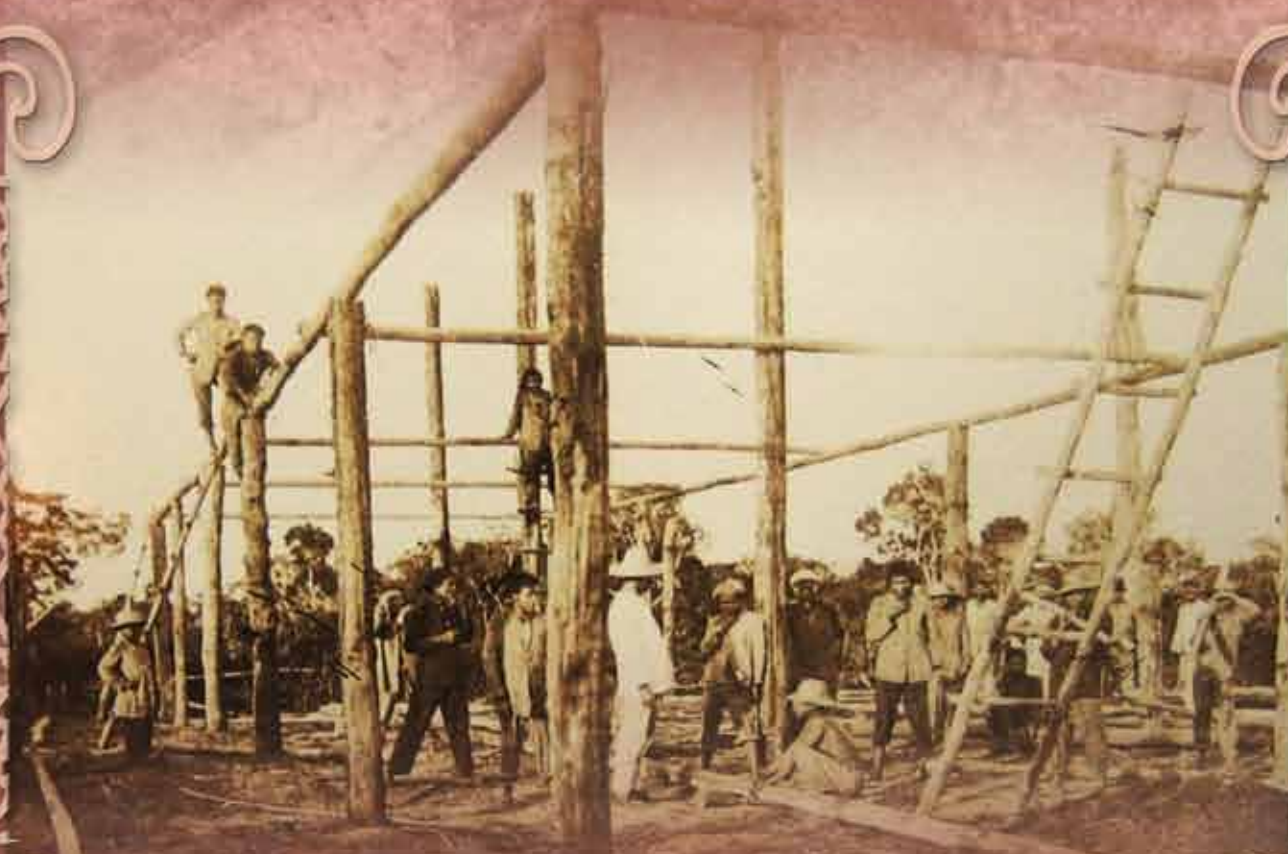
Durante o ano de 1911, uma Inspeção do SPILTAN funcionou em Sena Madureira, sede do Departamento do Alto Purus. No alto rio Iaco, o Inspetor visitou famílias Manchineri e constatou a difícil situação em que viviam, explorados pelos patrões seringalistas e açoitados por correrias dos caucheiros peruanos.

Em 1911 e 1912, o órgão organizou três expedições em diferentes afluentes do Alto Juruá. Nessas visitas, representantes do SPI realizaram censos e distribuíram ferramentas e brindes em aldeias Kaxinawá, Shawādawa (Arara), Jaminawa e Amahuaca. Além disso, procuraram estabelecer

acordos com patrões seringalistas, visando evitar novas correrias e conseguir terras para a instalação de postos e povoações indígenas.

O principal resultado das expedições promovidas pelo SPILTAN no Juruá foi a nomeação de grandes seringalistas da região como Delegados de Índios, dentre eles, Mâncio Agostinho Rodrigues de Lima, no Rio Moa, Francisco Freire de Carvalho, no Riozinho da Liberdade, e Absolom Moreira, no Rio Amocac (hoje Rio Humaitá).

Os delegados ficaram encarregados por supervisionar os índios que viviam em seus seringais



Índios Poyanawa trabalhando na construção de suas casas na Vila Rondon, no Alto Juruá (1913).
Fonte: "Autos da Comissão de Inquérito na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios" / Arquivo Nacional - RJ.

ou em áreas próximas. Do governo, eles obtiveram delegação para proteger, civilizar e catequizar essas populações. Esse poder, todavia, foi usado por alguns seringalistas para consolidar as relações de dominação sobre vários grupos indígenas, assentando-os em suas propriedades e mantendo-os atrelados a relações de aviamento, pela troca de trabalho por ferramentas, mercadorias e roupas.

Em 1916, Bento de Lemos, Inspetor do SPILTAN no Estado do Amazonas e no Território Federal do Acre, esteve na Vila Seabra, sede do Departamento do Alto Tarauacá, e propôs à Prefeitura, sem sucesso, a instalação de um "posto

de vigilância e pacificação" no Alto Rio Tarauacá. Sua intenção era proteger e "civilizar" os índios conhecidos por Papavô, evitando que roubos e ataques continuassem a ocorrer nessa região.

Até final da década de 1920, Bento de Lemos solicitou repetidamente ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e ao Ministério da Agricultura a criação de postos indígenas em diferentes rios do Território Federal, principalmente no Alto Rio Envira, onde "correrias" e confrontos entre índios, seringueiros e caucheiros continuaram ocorrendo com frequência. Nenhuma ação seria efetivada pelo SPI no Território do Acre, contudo, nas cinco décadas seguintes.

A demarcação da fronteira

Na primeira metade da década de 1920, os grupos indígenas que lograram fugir das correrias e se manter afastados dos seringais tiveram encontros com equipes de levantamento, demarcação e sinalização da fronteira entre Brasil e Peru. Esses trabalhos, realizados na extensão que coincide com o atual Estado do Acre, estiveram a cargo da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites.

A demarcação física da fronteira Brasil-Peru (acertada entre os dois países em 1909, pelo Tratado de Limites) começou em 1913, ano em que foi criada a comissão mista, mas foi suspensa no ano seguinte por conta da I Guerra Mundial. Os trabalhos recomeçaram após o fim do conflito. O traçado fronteiriço foi estabelecido de 1920 a 1927.

Diversos documentos históricos deste período, em especial relatórios do chefe da Comissão Mista de Demarcação, mostram a presença significativa de diferentes grupos indígenas, considerados “selvagens” na região de fronteira. Os índios acompanhavam de perto as atividades da Comissão, o que deixava a equipe em estado de alerta constante: relatórios da época informam que a permanente necessidade de vigilância nos acampamentos, por temor de possíveis ataques e roubos, atrapalhava a execução dos serviços técnicos.

Durante a demarcação da fronteira, entre os rios Santa Rosa e Tarauacá, equipes da Comissão passaram nas imediações das malocas de diferentes grupos indígenas. Ao contrário dos seringalistas e caucheiros, a equipe adotou uma política de não-hostilização a esses índios, respeitando seus roçados, malocas e, em algumas ocasiões, oferecendo ferramentas e brindes.

Mas isso não significava que a Comissão estivesse “despreparada”: além de uma escolta formada por dezenas de militares, também recrutou os serviços dos mateiros Felizardo Avelino de Cerqueira e Antônio Bastos, famosos “catequistas” de índios, que já haviam trabalhado para a Prefeitura do Alto Juruá, a Comissão das Obras Federais, o SPI e para diversos patrões. Felizardo Cerqueira e Antônio Bastos foram contratados como intérpretes, no caso de eventuais contatos com os índios, e guias em expedições para o reconhecimento de divisores, cursos de água e para a localização das malocas.

Homens Kaxinawá também participaram como mateiros, carregadores e caçadores durante o reconhecimento e a demarcação da fronteira nos altos rios Envira, Tarauacá e Breu, arregimentados por Felizardo Cerqueira, com quem trabalhavam no alto rio Jordão.

Sabe tudo!

Durante os trabalhos de demarcação da fronteira Brasil-Peru, a Comissão Mista produziu uma vasta documentação fotográfica dos povos indígenas encontrados trabalhando para patrões seringalistas e caucheiros, como os Kaxinawá, Ashaninka, Chama e Piro. As principais fotos retratam as malocas Kaxinawá no seringal Revisão, no alto Rio Jordão. Essas famílias foram “amansadas” por Felizardo Cerqueira, no Alto rio Envira. Desde 1917, mediante acordos com os patrões, moravam no Revisão, onde, junto com Felizardo, faziam a “polícia da fronteira” para evitar que diferentes povos que se mantinham à margem da empresa seringalista, localmente conhecidos por Papavô, continuassem a promover roubos e mortes de seringueiros.

Os “selvagens” da fronteira

Diversos documentos oficiais e relatos produzidos no início do século XX confirmam a existência na região do Alto Juruá de povos indígenas vivendo em malocas fora dos limites dos seringais.

Importantes referências desta época são encontradas no texto “Le Haut Tarauacá” (1926), publicado na Revista La Geographie por Constantin Tastevin, padre francês que nos anos 20 viajou e fez desobrigas em vários rios do Acre.

Em seu relato, aponta a existência de povos da família linguística Pano, vivendo nas margens dos igarapés Mataparte (ou Bernardo) e Laurita (ou Papavô), no Alto Rio Jordão. Dentre os povos citados estavam os Shanenawa e os

Nehanawa - estes vindos das cabeceiras do Rio Envira após serem atacados por caucheiros e pelos também “selvagens” Kontanawa e Mainawa.

Outra fonte de informação são os relatórios da Comissão Mista de Demarcação. Entre 1923 e 1924, por exemplo, há registros de que foram localizados entre as cabeceiras dos rios Santa Rosa e Breu, ao longo do Paralelo de 10° S, malocas de índios Jaminawa e Marinawa, ambos considerados “selvagens” pelos não-índios.

Na região dos altos rios Jordão e Tarauacá, esses diferentes povos indígenas passaram a ser genericamente conhecidos como Papavô.



Índio (ao centro) como trabalhador da Comissão Mista. Na demarcação, os Kaxinawá serviram como guias, mateiros, caçadores e carregadores.

O surpreendente encontro com os Jaminawa

“Relatório apresentado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de maio de 1928)”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

A leste do rio Envira, o empregado Antonio Mathias, antigo morador da região, acompanhado de um índio kaxinawá a serviço da Comissão, em exploração no Riozinho da Ordem, seria obrigado a retornar, por terem encontrado muitos vestígios recentes de índios e julgarem-se próximos de alguma maloca. Nova exploração seria iniciada por uma turma suficientemente forte, coordenada por Antonio Bastos, que ali encontraria “uma malóca de índios Jaminawas, de construção recente, com seteiras para rifles e paredes reforçadas, de três ripas superpostas, deixando tudo perceber uma franca disposição para resistência em caso de ataque. Seguindo a política de não hostilização, brindes, neste caso, machados, terçados, fósforos, espelhos, miçangas e anéis de fantasia.

Com o avanço dos levantamentos, ainda a leste do rio Envira, novos tapiris de índios, recentemente abandonados seriam encontrados. Mais adiante, os trabalhos teriam de ser interrompidos, por ter sido encontrado um vasto roçado, em cujas cercanias havia grande numero de índios. Também sob a chefia do intérprete Antonio Bastos, uma nova turma seria organizada, com a participação de outros dois práticos, com o fim de se obter um entendimento com os índios e facilitar a continuação da tarefa, mas verificou-se com grande surpresa que esses índios, supostos “Jaminawas”, haviam abandonado os tapiris, deixando vários utensílios, víveres e grande quantidade de milho. Pelo numero de tapiris existentes no aldeamento, foi estimado em 300 o número de índios que ali habitam.

As freqüentes lutas entre seringueiros e selvagens, motivadas pelas correrias ou batidas daqueles contra estes, bem explicam a natural vingança dos índios, que em seus ataques aos seringais se apoderam de rifles e munições, tornando-se com esses elementos mais perigosos na expansão inconsciente e brutal de hostilidade aos civilizados.

A sub-comissão mixta, observando sempre as minhas instruções no sentido de não hostilizar os selvícolas, prosseguiu com corajosa prudência nos serviços da demarcação, vencendo dificuldades de natureza vária. No dia 19 de julho vimos corroborada a presunção, por mim manifestada no último relatório, que os referidos índios nenhuma intenção tinham de nos atacarem, considerando-nos antes seus amigos, não só

pelos presentes que lhes deixávamos desde o ano anterior, como também pelo respeito absoluto às suas roças.

Às 16 horas daquele dia apareceu na picada do divisor uma índia Jaminawa, que, aos gritos, aproximou-se do acampamento, no caracter de parlamentar, manifestando o desejo que nutria o “tuchaua” de visitar a turma do acampamento. Concedida a necessária permissão, e a um só grito dessa original parlamentar, surgiram de varias direções muitos índios, quatro dos quais pernoitaram no nosso acampamento. Estava, pois, firmada a amizade que nos convinha, como garantia da realização dos nossos trabalhos, sem entretanto dissipar as nossas desconfianças nem diminuir a vigilancia, pois continuava o acampamento cercado pelos silvícolas.

Índios Jaminawa e Amahuaca, da Maloca Mararó, no Rio das Amoacas, em 1913, fotografados por representantes do SPILT.N. Fonte: “Autos da Comissão de Inquérito na Inspetoria dos Serviços de Proteção aos Índios” (Arquivo Nacional-RJ).

Uma questão de segurança

As táticas da empresa seringalista para afastar os índios “brabos”



Acervo do Museu Nacional/RJ. Obtida no site Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil (Verbete “Kaxinawá”), do Instituto Socioambiental. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaxinawa/395>

A instalação da empresa seringalista no Acre e a exploração do caucho pelos peruanos representaram profundas mudanças no modo de vida e na história dos povos indígenas. Depois da violência das primeiras correrias, responsáveis pelo desaparecimento de tribos inteiras, muitos grupos indígenas foram incorporados como trabalhadores nos seringais.

Aqueles que se mantiveram afastados dos seringais, chamados de “brabos”, tiveram reduzidos seus territórios nas cabeceiras dos rios. Alguns passaram inclusive a ter suas malocas no lado peruano da fronteira. Os conflitos entre seringueiros, os grupos indígenas que trabalhavam para os patrões e os “brabos” continuaram, todavia, a ocorrer com frequência, por conta de roubos e de mortes de ambos os lados.

Este panorama fez surgir personagens como os

“catequistas”, os “amansadores” e os “matadores” de índios, bem como a instituição da “polícia de fronteira”. Apesar de métodos diferentes, todos buscavam eliminar a resistência dos grupos indígenas em relação à presença dos brancos e, quando possível, incorporar os índios ao trabalho na produção de borracha e em outras atividades necessárias ao funcionamento dos seringais.

O mais conhecido catequista no Acre foi Felizardo Avelino de Cerqueira, cearense que chegou ao Rio Tarauacá em 1904 e foi responsável pelo contato de um grande número de famílias Kaxinawá no alto Rio Envira. Com Felizardo Cerqueira, os Kaxinawá atuaram como “polícia de fronteira” nos altos rios Jordão, Tarauacá e Breu na década de 1920.

Os Ashaninka, a mando de seringalistas como o peruano Júlio Perez e Ribamar Coelho de Moura

também fizeram muitas rondas pela fronteira, nos rios Breu e Tarauacá, nas décadas de 1940 a 1960, impedindo que os “brabos” roubassem casas e matassem seringueiros.

Além dessa polícia de fronteira feita por grupos indígenas, os patrões também tinham homens para “garantir a segurança” nas colocações de seringa, sob a justificativa de que era preciso proteger os seringueiros e não prejudicar a produção da borracha. Alguns desses homens ganharam fama como “matadores de índios”: o mais conhecido deles foi o mateiro Pedro Biló.

Pedro Biló começou a trabalhar nos seringais do alto rio Envira em 1940, em substituição ao seu pai, Pedro Galdino. Por quase três décadas, atuou a mando de vários seringalistas em serviços que tinham como principal objetivo impedir ou punir os ataques de índios “brabos”.

Quem foi Felizardo Cerqueira?

Cearense, Felizardo Avelino de Cerqueira (1886-1961) chegou ao Rio Tarauacá em 1904, onde foi freguês de Ângelo Ferreira, seringalista e pioneiro “catequista de índios” nessa região.

De 1905 a 1909, trabalhou para a Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais no Território do Acre, na pacificação das relações entre índios e seringalistas.

Em 1910 estabeleceu-se entre os Kaxinawá, no Alto Rio Envira. Lá, a serviço dos patrões, procurou evitar que os brabos atacassem caucheiros, e que novas correrias fossem realizadas. Foi reconhecido pelo SPILTIN como “Delegado de Índios” no Rio Envira em 1914, ainda que não tenha sido posteriormente remunerado por esse trabalho.

Acompanhado por 350 Kaxinawá, mudou-se para o Alto Rio Jordão em 1917. Ali, com os Kaxinawá, realizou a “polícia de fronteira”, mediante contrato com diferentes patrões. Trabalhou como mateiro da Comissão Mista Demarcadora de Limites nos anos de 1920-27, como guia da Comissão Nacional do Petróleo em 1934-35 e como arrendatário do seringal Busnã, no Alto Rio Breu, até meados da década de 1950.

Mediante projeto apresentado pelo deputado José Guiomard dos Santos no Congresso Nacional, e lei sancionada pelo presidente Juscelino Kubistchek, foi agraciado em 1959 com pensão especial pelos serviços como “catequista de índios” e “guia” da Comissão de Limites

(Texto de Marcelo Piedrafita Iglesias para a Exposição Índios Isolados/Biblioteca da Floresta).

Sabe tudo!

Nas primeiras décadas do século XX, os moradores da região passaram a identificar como Papavô o conjunto de populações indígenas que tradicionalmente vivia nas cabeceiras do alto Rio Juruá e que não havia se submetido aos seringais. Esses índios foram mortos e escorraçados pelas “correrias” patrocinadas pelos caucheiros e pelos patrões, principalmente nos primeiros anos da empresa seringalista. Os sobreviventes se refugiaram nas cabeceiras dos principais rios e igarapés, mas ficaram com os seus territórios de moradia e de uso de recursos bastante reduzidos. Quando começaram a roubar as casas nas colocações, em alguns casos resultando em mortes de seringueiros, os “brabos” passaram a representar uma ameaça às atividades extrativistas, o que provocou novas ações violentas por parte dos patrões de seringais.

Explorando rivalidades ancestrais e fornecendo-lhes armas, muitos indígenas já incorporados aos seringais foram também mobilizados pelos patrões em expedições punitivas contra os “brabos”. Nos altos rios Jordão e Breu, por exemplo, patrões mobilizaram serviços de famílias Ashaninka oriundas do lado peruano e do Rio Breu. Além de realizarem visitas periódicas nas colocações nas cabeceiras do Rio Jordão e seus afluentes, para evitar a presença dos “brabos”, os Ashaninka caçavam e pescavam para abastecer o barracão do patrão, cultivavam roçados de terra firme e de praia, reabriam colocações e varejavam balsas de borracha e ubás carregadas de mercadorias.

**Sobre os brabos**

Leia a seguir trecho de um depoimento do cacique Kaxinawá Getúlio Sales Tenê, em 1987, sobre a secular presença dos “brabos” nas cabeceiras do Jordão, os conflitos com seringueiros e as estratégias usadas pelos patrões para garantir a segurança de seus fregueses e a produção da borracha.

“Esta história dos brabos não está acontecendo de agora não. Eu vi falar que, desde o começo da exploração da borracha, os carius iam chegando e matando muitos índios. Iam matando e os brabos iam se afastando. Os seringueiros iam chegando e abrindo colocações de seringa até o derradeiro seringal das cabeceiras dos rios. Desde esse tempo das correrias pra cá, mataram muitos índios e os brabos quase todos os anos vêm atacando e roubando as coisas dos seringueiros. No tempo dos primeiros patrões, eles pegavam uma turma de Kampa pra fazer ronda para os seringueiros cortarem em paz, sem medo dos brabos. No tempo que o Ribamar Moura mandava lá, ele foi até as cabeceiras do Breu contratar mais de 20 índios Kampa, que trabalhavam para o peruano Júlio Peres, para eles fazerem ronda nas cabeceiras do Jordão, porque do jeito que tava nenhum seringueiro queria cortar lá com medo dos brabos.

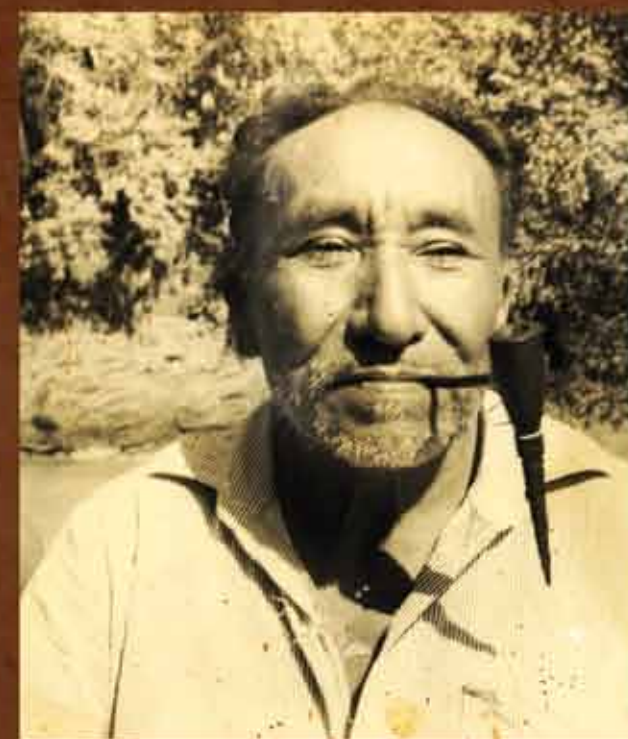
O Alberto Carneiro [seringalista de Tarauacá] já fez correrias nas cabeceiras do Juruá e matou muitos índios brabos lá. Ele contou que as malocas dos brabos estão nos afluentes das cabeceiras do Juruá, no lado dos peruanos. No tempo do Júlio Peres, o Quitola Kampa matou muitos brabos lá também. Os brabos fizeram roubo e mataram uma mulher do seringueiro Cariu. Os Kampa foram atrás até nas malocas deles, nas cabeceiras do Juruá, no lado peruano, e mataram muitos brabos. E ainda trouxeram uma mulher e quatro meninos dos brabos, que conseguiram escapar dessa correria.”

Entrevista com Getúlio Sales, publicada por Txai Terri Valle de Aquino no Jornal A Gazeta, na Coluna “Papo de Índio”, a 2 de outubro de 1988, sob o título “Índios brabos atacam na fronteira do Acre com Peru”.

Em 1924, Kaxinawá durante festa em uma das malocas nas proximidades da sede do seringal Revisão, no alto Rio Jordão. De rifle Winchester na mão, Chico Curumim, pai de Sueiro Sales. Atrás membros da Comissão Mista que então demarcava a fronteira internacional. Foto faz parte do “Álbum Fotográfico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru”, depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.



Felizardo Cerqueira e três jovens Kaxinawá, moradores do alto rio Jordão, que também estavam a serviço da Comissão Mista que, em 1924, fazia a demarcação da fronteira Brasil-Peru. "Álbum Fotográfico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru", depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.



Sueiro Kaxinawá



Braço de velho Regino Pereira, com a marca de Felizardo Cerqueira (FC), em 1981, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão (Acervo: CDPI - Comissão Pró-Índio do Acre). fotos: Txai Terri Valle de Aquino.

Noticias de Outrora

As marcas da submissão

(Entrevista com Sueiro Cerqueira Sales, Seringal Minas, 1994)

Felizardo tinha por hábito marcar suas iniciais, FC, no braço de homens, mulheres e crianças por ele "amansados". Assim aconteceu com parte dos Kaxinawá e com outros índios que, enquanto Felizardo esteve no seringal Revisão, ali chegaram, "pegos" em rondas da "polícia de fronteira" ou por circunstâncias de suas trajetórias pessoais. Uma única menção a essa prática é feita por Felizardo em seu relatório autobiográfico, de 1958: "Eu tinha o hábito de marcar todos os índios com as letras FC e o número de ordem que fosse amansando".

Em mais de uma ocasião, o chefe Sueiro Sales

Kaxinawá comentou que Felizardo tinha por hábito registrar, num caderno, "grande, de capa dura", os nomes e as datas de nascimento dos índios que marcara.

"Felizardo amansava caboclo e depois botava a marca dele para saber que era dele, que foi ele que amansou. O Nicolau Costa, o Regino, Romão Sales, o Valdemar Damião, esses caboclos mais velhos tudo, ainda carrega essa marca no braço. Picava o braço com quatro agulhas e passava a tinta, que é jenipapo misturado com pólvora e tisna preta de sernambi".

Para os Kaxinawá, o reconhecimento de Felizardo Cerqueira como "catequizador" adviria da "proteção" prestada inicialmente contra as "correrias", mas também de iniciativas para gradualmente incorporá-los aos trabalhos nos seringais, marcando uma linha de continuidade com as práticas de outro famoso "catequista", Ângelo Ferreira da Silva, patrão de Felizardo quando ele chegou ao Acre: "Os que matavam eram os outros, mas o Ângelo Ferreira mais o Felizardo faziam era amansar pra trabalhar. No que ficaram lá, com Ângelo Ferreira e depois com Felizardo, ficou trabalhando todo mundo ali junto, tudo Kaxi. Ficou conhecido como catequizador, que amansou. Não deixou ninguém matar mais, maltratar. Tiveram muito tempo com ele, com Felizardo".

Numa entrevista posterior, Sueiro se referiu

ao que acreditava ser o objetivo principal da "marcação" feita por Felizardo no braço dos Kaxinawá:

"Tinham ele como um pai, o Felizardo. E ele marcava, marcava com FC, como que fosse tudo dele, pra todo mundo saber. Todo Kaxi tinha a marca dele, porque foi ele que amansou. Felizardo era muito bom para nós. Era bom demais. Como o índio é danado para ir trabalhar com o outro, foi por isso que marcou, como tatuagem, marcava. Quando um índio saía para um canto, Felizardo dizia que era dele, que trabalhava com ele, com a marca dele. Os índios sofriam muito na mão dos outros patrões. Quando índio aparecia por lá, Felizardo ia buscar, levava de volta".

Material extraído de "Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá", tese apresentada por Marcelo Piedrafita Iglesias ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional/UFRJ, em 2008.

“Nós não somos culpados”

Leia aqui a entrevista exclusiva com o mais afamado matador de índios do Acre, Pedro Biló.

Por Txai Terri Valle de Aquino & José Carlos dos Reis Meirelles

Pedro Biló, que faleceu em 1983, era considerado pela população de Feijó e Tarauacá como uma espécie de herói cultural dos *carius* e dos desbravadores dos seringais existentes nas cabeceiras dos rios Envira, Tarauacá e Murú. Ele foi, sem dúvida, um dos mais notáveis mateiros e amansadores de índios brabos desses dois municípios acreanos do Vale do Juruá. Uns dizem que eles tinham orações fortes capazes de o tornar invisível na mata, juntamente com mais doze companheiros. E que usando esse poder ele era capaz de entrar em um cupicháua de índios “brabos” sem ser visto e então cortar todas as cordas dos arcos dos índios. Isso, seu Pedro, um homem simples e filho de mãe indígena, negava sempre, com bom humor e humildade.

O depoimento do Pedro Biló serve-nos ainda hoje, porque ainda existem centenas de índios “brabos” nas cabeceiras dos rios Iaco, Envira, Tarauacá, Jordão, Breu e Juruá. Será que vamos repetir essa mesma história trágica agora, como uma grande comédia?

O herói dos *carius*

Txai: Agora vamos ouvir o seu Pedro Biló, que é um dos maiores mateiros das florestas acreanas e um dos mais famosos desbravadores dos altos rios de nossas fronteiras.

Pedro Biló: Eu me chamo Pedro Galdino Filho, mas por apelido me chamo Pedro Biló. Tenho 63 anos e nasci no seringal Progresso, lá nas fronteiras, nas cabeceiras do rio Envira, no Município de Feijó. Peguei esse apelido do finado meu pai, um desbravador dessas matas da região do Alto Juruá. Ele era um homem,

como se diz, era um profissional nesse assunto de mato.

Txai: O senhor já amansou muitos índios brabos aqui nessa região do Envira?

Pedro Biló: Eu amansei muitos caboclos brabos aqui nesse rio Envira. Uma vez, eu amansei mais de 200 Kaxinauá, que vinham varando lá do rio Curanja, cabeceiras do Purus, para encontrar os seus parentes que moram lá no Jordão, na cabeceira do rio Tarauacá. Eu dei para eles terçados, machados, roupa, cobertas, rede, calção. Os homens eram todos nus: usava o instrumento preso pela cabeça numa fina corda de envira (risos). Já as mulheres usavam tanga de algodão, que elas próprias teciam. Trabalhei foi muitos anos para o Padrinho Custódio Prado e Madrinha Neuza Prado nesse negócio de amansar caboclo brabo.

Txai: Seu Pedro, como era que organizam as correrias aqui nessa região do rio Envira e do rio Tarauacá?

Pedro Biló: Quando os brabos começavam a roubar as barracas dos seringueiros e a atacar as turmas de madeireiros, eles iam se queixar para os patrões dos seringais, que não dava para trabalhar, que iam embora da colocação, porque não tinha segurança. Aí, o patrão do seringal juntava muitos homens, todos os mateiros, e iam em direção às malocas daqueles brabos. Quando chegava lá, cercava o cupicháua dos caboclos brabos. Depois, fazia fogo tudo junto. Matava um bocado, outros fugiam, outros ficavam baleados e acabavam

de matar. Pegavam as mulheres e as crianças que escapavam do tiroteio. Nesse tempo, tinha gente como meu pai, como Felizardo Cerqueira, como Ângelo Ferreira e muitos outros que sabiam cortar a gíria (a língua) dos caboclos brabos. Até os caboclos mansos que andavam juntos, nessas correrias, matavam muitos caboclos brabos. Agora, quem fazia muita correria eram os peruanos junto com os Kampa. Isso aqui, de primeiro, do seringal Progresso para riba, era tudo peruano. Eles trabalhavam no caucho e depois na extração de madeira. Nesse assunto de correria, os peruanos eram mestres . (...)

Meirelles: Seu Pedro, o senhor conheceu cupicháua de caboclo brabo? Como era a vida desses índios que viviam nas matas?

Pedro Biló: Rapaz, eu conheci assim, quando eles saíam e já vinham se entregar. As casas deles, os cupicháuas, como se diz, eles cobriam de palha até no assoalho, parecido com o defumador, só que muito grande. Nesse tempo, eles viviam de roçado, coletavam frutos na mata, eram e são bons caçadores e mariscadores. Viviam despojados de muita coisa que agora eles já se acostumaram. Quando eles saíam, assim, eles queriam negócio de ferro, como machado, terçado, espingarda e faca. Lá por onde eles moravam não tinha pium, meruim e carapanã. Quando eles vinham para a margem, eles queriam roupa e mosquiteiro. Já o sal, o sabão e o querosene eles custaram muito a se acostumar. Dava uma caganeira danada quando eles comiam sal. As nossas bóias (comidas) também ofendiam eles. Agora, assim sapecado na fumaça, não ofendiam, eles não. (...)

Txai: Mas, essa família Prado e Azevedo, dona do seringal Califórnia, mandou organizar muitas correrias nesse rio Envira, não foi?

Pedro Biló: Eles foram obrigados a fazer essas correrias para dar segurança aos seringueiros. Mas, a maior parte das correrias do meu tempo foi no tempo da madeira. As turmas de madeireiros começaram a entrar naqueles igarapés que não tinham nem seringa nem

*caucho para tirar agoano e cedro. Aí, elas eram atacadas pelos caboclos brabos. Quando matavam um *cariu*, seu Custódio e a madrinha Neuza Prado mandavam reunir muitos homens para fazer correria para matar e espantar os brabos. Saíam todos juntos e bem armados. Depois de andar dois ou três dia pela mata encontravam o cupicháua deles. Cercavam e depois era só mandar chuva de balas dos rifles 44, o papo amarelo. Poucos índios conseguiram escapar. Matava-se todos os homens. Às vezes, deixava-se vivas as mulheres e as crianças que tinham escapado de morrer naquela chuva de bala. Depois dessas correrias, aqueles igarapés ficavam livres para o patrão continuar aviando as turmas de madeireiros que trabalhavam com ele.*

*Mas não era só os *carius* que faziam essas correrias, não. Os caboclos mansos também matavam muitos brabos. (...)*

Não foi só eu que fiz correria, não. Nós não somos culpados. Os culpados mesmo eram os patrões dos seringais. Nós só cumpríamos ordens. Por que a Funai e a Polícia Federal não foram prender eles também? E o que foi que eu ganhei com isso? Nada! (...) Eu não tenho nada com isso. Eu só ia para onde era mandado pela minha madrinha. Hoje, eu sou amigo dos Kampa, dos Kulina, dos Katuquina e dos Kaxinauá que vivem nesse rio Envira. Acho que a Funai, em vez de me perseguir, deveria era demarcar as terras dos índios do Município de Feijó, de Tarauacá e do Juruá. (...) Esse rio Envira é chamado de Bariá na gíria dos Kaxinauá, que quer dizer rio de muito sol. Bari significa sol e á, no final da palavra, quer dizer muito. Nasci e me criei em suas matas. Conheci cada grutião de mata de suas cabeceiras. E aqui estou, velho, com 63 anos, e nem aposentado do Funrural eu estou. Da vida só fica mesmo a fama.

Direito ao isolamento

A mudança na política indigenista para os índios isolados

Índios Zuruahã,
moradores do
médio rio Purus
(AM) Acervo:
CGIIRC/FUNAI.

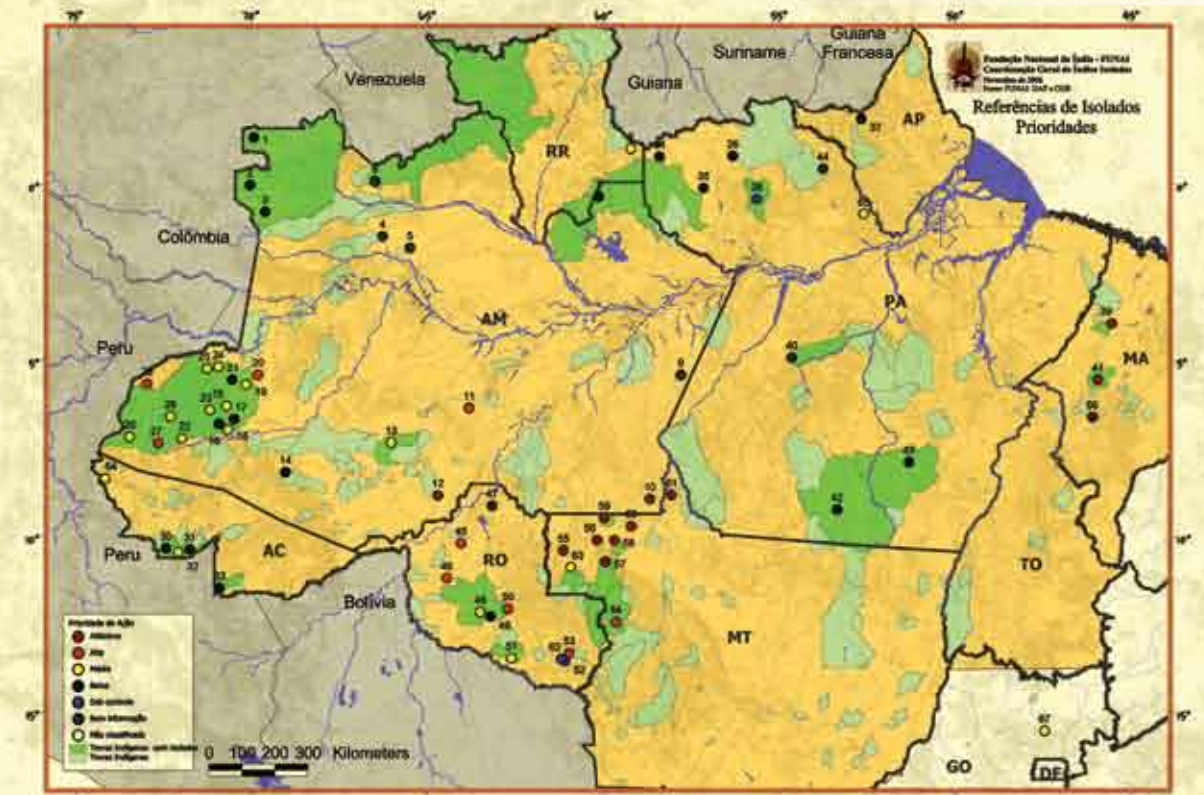


Em junho de 1987, ocorreu o *Primeiro Encontro Nacional de Sertanistas*, promovido pela recém criada Coordenadoria de Índios Arredios, da Funai, e organizado pelo sertanista Sidney Possuelo, com a presença de 15 sertanistas e, como convidados, dois antropólogos, um lingüista e um técnico indigenista.

O Encontro marcou importantes mudanças na concepção da política de proteção dos índios isolados face àquela que marcou as ações do SPILT e do SPI, de 1910 a 1967, e da FUNAI. Até 1987, prioridade havia sido dada à atração, ao contato, à pacificação e à sedentarização dos povos “arredios”, visando garantir sua sobrevivência física e cultural em regiões onde empreendimentos econômicos (agricultura, pecuária, estradas) representavam eminentes ameaças.

Dentre as conclusões do *Encontro* cabe destacar a concepção do contato como prejudicial aos índios e como ação que apenas deveria ser ativamente buscada quando sua sobrevivência física estivesse ameaçada; a necessidade de levantar informações sobre todos os povos dos quais se tivesse referências; a interdição dos territórios dos isolados para garantir sua proteção e vigilância; e a exclusividade da FUNAI sobre a formulação e execução das políticas e ações voltadas à proteção dos isolados.

Do *Encontro* resultou a aprovação das diretrizes da *Coordenadoria de Índios Isolados (CII)* e a criação do *Sistema de Proteção ao Índio Isolado (SPII)*, que tinha como prioridades a localização, vigilância e o contato, com metodologias e formas de atuação específicas. Em 1988, a Coordenadoria foi transformada no *Departamento de Índios Isolados (DEII)*.



Segundo dados atualizados da CGIIRC, há hoje 69 referências de índios isolados no Brasil, principalmente na Amazônia, mas também no Centro-Oeste. Dessas, 29 foram confirmadas como de povos isolados, outras seis são de povos de recente contato e as 35 restantes são referências a serem cheçadas mediante novas expedições de localização.

Os fundamentos dessa renovada política de proteção foram confirmados por um conjunto de diretrizes estabelecidas pela Presidência da FUNAI em abril de 2000. As diretrizes garantem aos índios isolados o pleno exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais; reforçam que a constatação de sua existência não determinava a necessidade de contactá-los; promovem ações de campo para a localização geográfica e a obtenção de informações sobre os isolados; asseguram a proteção dos limites dos territórios; proíbem qualquer atividade econômica e comercial dentro dos mesmos; dão especial atenção à saúde dos isolados e à preservação às suas manifestações culturais; e determinam que a formulação e execução dessa política específica seria atribuição da FUNAI.

Nesse mesmo contexto, a Presidência da FUNAI

determinou que a execução da política de proteção aos índios isolados caberia às *Frentes de Proteção Etno-ambiental*, partes integrantes do *Sistema de Proteção ao Índio Isolado*. Até hoje, as Frentes têm como principais atribuições a localização e monitoramento dos povos isolados e a proteção e vigilância de seus territórios, demarcados pela FUNAI, para garantir o seu direito ao isolamento, à intangibilidade desses territórios, às suas formas de vida e ao uso exclusivo dos recursos naturais.

Criada em 2007, para dar continuidade a essa política, a *Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII)* foi substituída, por meio do Decreto Nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que aprovou novo estatuto para a FUNAI, pela *Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC)*, atrelada à Diretoria de Proteção Territorial.

Nos altos rios acreanos

Os conflitos entre isolados e grupos indígenas



Foto do livro *Huni Meka. Cantos do Nixi Pae*, publicado pela OPIAC & CPI-Acre, em 2007.

Na década de 1980, a crise na economia da borracha, a desarticulação dos barracões dos patrões seringalistas, a retirada dos ocupantes brancos das terras indígenas recém criadas levaram a um quase total esvaziamento dos seringais mais às cabeceiras dos rios e das colocações de centro na floresta.

Nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, os grupos de índios isolados aproveitaram esta conjuntura para ampliar seus territórios de habitação e

uso de recursos naturais. Saques às casas de famílias indígenas e de seringueiros, assim como conflitos armados, com mortes de ambos os lados, continuaram frequentes.

A rivalidade entre certos povos indígenas e os isolados cresceu. Esses últimos eram considerados um problema para os Kaxinawá, nos rios Jordão e Breu; os Ashaninka e os Madijá, no Envira; e os Manchineri, no Rio Iaco. Assim como os seringalistas, muitos desses índios acreditavam que

Sabe tudo!

Os conflitos entre povos indígenas do Acre e os isolados se intensificaram com o aumento dos saques praticados pelos “brabos” em casas das terras indígenas situadas mais às cabeceiras dos rios, habitadas pelos Kaxinawá, Ashaninka e Madijá (Kulina), e de seringais. Nessas incursões, roubavam instrumentos de trabalho (terçados, machados), utensílios domésticos (panelas, facas, pratos), alimentos, roupas e redes, além de espingardas, cartuchos e munições, deixando seus moradores, muitas vezes, “só com a roupa do corpo”.

Para os isolados, os bens saqueados possibilitam transformações tecnológicas e facilidades significativas na construção de casas, nas atividades agrícolas, na caça e na pesca, abrindo alternativas ao machado de pedra polida, à faca de taboca e aos anzóis de osso.

Em meados da década de 1980, vários índios Ashaninka, moradores do alto rio Envira, chegaram a Feijó e a Rio Branco, baleados e feridos, após pisar em espeques envenenados, trazendo notícias de grandes massacres que seus parentes pretendiam realizar contra os “brabos” para vingar os seus ataques e saques.

os brabos deveriam ser amansados ou mortos.

Em meados da década de 1980 a situação entre os isolados e esses grupos ficou mais tensa. Os Kaxinawá do Rio Jordão e os Ashaninka do Rio Envira reivindicaram à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Rio Branco, a criação de uma “frente de atração” para “amansar os brabos” e pôr um fim aos conflitos armados e ao roubo de suas casas.

Conflitos

Em relatório de viagem de 1987, Meirelles informou sobre os seguidos saques e ataques sofridos pelos Kaxinawá e pelos Kampa (Ashaninka) e Kulina, ressaltando o abandono seus locais de moradia:

“De uns 5 anos pra cá, um fato novo começa preocupar os Kaxinawá do Jordão e os Kampa e Kulina do Envira: a presença de índios isolados que começam a usar armas de fogo, roubadas dos Kaxinawá e Kampa, seringueiros regionais e, quem sabe, de peruanos, testando-as nos Kampa e Kaxinawá.

O aumento dessa presença, fez com que os Kaxinawá do último seringal da área indígena Kaxinawá do rio Jordão -Seringal Revisão- fosse praticamente abandonado. Os Kampa tiveram que se mudar rio abaixo pela mesma razão. Mesmo assim, os grupos isolados continuam a furtar os Kampa e Kaxinawá (...)

Nus, o alto da cabeça raspada e o restante dos cabelos compridos. Pintados de urucu, os Kaxinawá os chamam de Papavô. Todas as vezes que ocorre um saque, os isolados tomam o rumo do igarapé Papavô, o sobem, ganham a terra firme entre suas cabeceiras e as cabeceiras do rio Breu e rumam para território peruano, onde provavelmente tem suas malocas. É a região das cabeceiras do Juruá.

Perambulam pela área Kaxinawá, indo até as cabeceiras do Rio Tarauacá, onde existem seringueiros carius que também são roubados. Isso no verão, onde a mata por onde se anda não deixa vestígios visíveis. No inverno se afastam mais. É um grupo que já adquiriu novas necessidades, que são supridas através de ataques e saques a brancos e índios contatados.”

José Carlos dos Reis Meirelles. 1987. “Os Índios Isolados da Região entre as Cabeceiras dos Rios Breu, Jordão, Tarauacá, Humaitá e Envira”. Rio Branco, mimeo.

Políticas de proteção aos isolados no Acre



Atendendo às reivindicações dos Kaxinawá e dos Ashaninka, o Presidente da FUNAI, em fevereiro de 1987, criou a Frente de Atracção Rio Jordão (FARJ), seguindo a concepção da política de proteção vigente à época.

No verão de 1987, o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles fez viagem de reconhecimento nas cabeceiras dos rios Jordão e Envira, procurando informações precisas sobre a presença dos isolados e o local mais adequado para a instalação da Frente. Nessa viagem, foi acompanhado por lideranças e mateiros Kaxinawá do rio Jordão.

Ao retornar da viagem, Meirelles apresentou à Presidência da FUNAI um conjunto de ações para a implantação do Sistema de Proteção Rios Jordão e Envira (SPRJE), bem como a proposta das “áreas de perambulação” dos povos isolados que ali viviam. Foram as seguintes as justificativas listadas pelo

sertanista para a criação do SPRJE:

a) proteção de quatro grupos indígenas isolados existentes na área de sua atuação;

b) proteção das comunidades indígenas Kaxinawá, Kampa e Kulina, vizinhas a estes grupos, evitando situação de confronto direto entre estes grupos indígenas, já existente na região;

c) preservação ecológica dessa importante área de terra, por nela estarem as cabeceiras dos rios Jordão, Envira, Breu, Humaitá, Tarauacá, Murú e Santa Rosa, ainda não depredadas nem invadidas;

d) manutenção do sistema de vida dos índios isolados, a não ser que ocorra um contato espontâneo, já que dois dos quatro grupos existentes já adquiriram novas necessidades, que atualmente só são cumpridas através de saques aos índios

aculturados e seringueiros;

e) evitar a penetração na área de caçadores, pescadores e madeireiros, além de qualquer outra atividade econômica que por ventura seja tentada;

f) conhecimento mais aprofundado da área de perambulação desses grupos; e

g) presença efetiva e constante da FUNAI na região, antes que problemas maiores surjam, ameaçando a sobrevivência física e cultural desses grupos indígenas”.

Ainda em 1987, a Presidência da FUNAI decretou a interdição, “para fins de estudo e definição”, de duas terras indígenas: Alto Tarauacá, com 52 mil hectares, e Xinane, com 175 mil.

No ano seguinte a base da FARJ foi instalada

na margem direita do rio Envira, em frente à boca do igarapé Xinane, devido ao acirramento dos conflitos armados entre os Ashaninka e os isolados. Em 1990, foi renomeada para Frente de Contato Envira (FCE).

Seguindo os novos rumos da política de proteção aos isolados, nos oito anos seguintes, Meirelles, como chefe da Frente, ao invés de tentar “atrair” ou “pacificar” os “brabos”, empenhou-se em proteger os limites do seu território, conscientizando os Ashaninka e os demais moradores dos arredores a deixarem de fazer suas caçadas no alto rio Envira, evitando, assim, o risco de novos enfrentamentos.

Em 2000, a FCE foi transformada na Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira (FPERE), e até hoje é chefiada por Meirelles.



A regularização das terras indígenas

Desde meados da década de 1990, a FPERE deu importante respaldo ao reconhecimento e demarcação das terras indígenas destinadas aos isolados. Em 1997, deu apoio à demarcação física da Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, delimitada no ano anterior. Durante a abertura das picadas e o assentamento dos marcos, os isolados, alarmados com o ruído das motosserras, a derrubada da floresta e a eminente aproximação dos trabalhadores às suas malocas, atearam fogo na sede da FPERE e cercaram a equipe da empresa. Após quase 60 horas sitiada, os trabalhadores, Meirelles e os Ashaninka que os acompanhavam acabaram resgatados por um helicóptero do Exército.

No caso da Terra Indígena Alto Tarauacá, a identificação e a delimitação ocorreram em meio a conflitos armados entre moradores de seringais da região e os isolados. Em 1996 e 1998, isolados mataram três pessoas nos seringais dessa região. Em 2000, uma turma de caçadores vindos da sede do Município de Jordão matou, com crueldade, um

isolado no seringal Oriente, na TI Alto Tarauacá. Os parentes da vítima revidaram e flecharam a escola do seringal Seretama, forçando a saída de muitos moradores desse local e dos seringais vizinhos. A demarcação, a indenização e a retirada de 52 famílias de seringueiros e agricultores pela FUNAI, em 2002, e a instalação do posto de vigilância na foz do rio D'Ouro, em 2005, consolidaram o usufruto exclusivo da terra indígena demarcada para os isolados, ainda que invasões de caçadores continuem a ocorrer até hoje.

Em 2003 e 2004, Meirelles acompanhou a identificação da Terra Indígena Riozinho do Alto Envira. Dois sobrevôos então realizados permitiram localizar, pela primeira vez com exatidão, as malocas situadas nas cabeceiras do Riozinho. A demarcação dessa terra, em 2009, foi novamente acompanhada pela equipe da FPERE, e precauções foram tomadas para evitar a repetição do ocorrido quando da demarcação da TI Kampa e Isolados do Rio Envira.

Distribuídas ao longo da fronteira do Brasil com

o Peru, essas três terras indígenas destinadas aos índios isolados no Acre somam 636.384 hectares. Juntas, representam atualmente 26% da extensão total das terras indígenas no estado.

Os trabalhos da FPERE hoje

Além de sua base, na foz do igarapé Xinane, no rio Envira, a FPERE conta hoje com um posto de vigilância localizado na foz do rio D'Ouro, na Terra Indígena Alto Tarauacá. Há previsão da instalação de um novo posto de vigilância no limite dessa mesma terra, no alto rio Murú, para evitar a contínua entrada de caçadores vindos desse rio, do alto Tarauacá e da sede do Município de Jordão.

Cada posto tem como equipe permanente um coordenador de Frente e seis trabalhadores, dentre eles, experientes mateiros.

Dentre as principais atividades atualmente realizadas pela FPERE podem ser destacadas:

a) *Monitoramento dos povos isolados, para mapear sua distribuição espacial, os territórios de uso de recursos e para estimar seu aumento populacional.*

b) *Vigilância dos limites dos territórios, por meio de expedições terrestres e sobrevôos periódicos.*

c) *Diálogo e conscientização dos povos indígenas que compartilham terras indígenas com isolados e dos índios e demais moradores do entorno dessas terras, visando divulgar política de proteção da FPERE, garantir direitos territoriais dos isolados e evitar invasões e novos confrontos armados.*

d) *Articulação de ações com instituições dos governos federal, estadual e municipais; e*

e) *Divulgação, junto aos órgãos de governo, organizações da sociedade civil e a vários meios de comunicação, sobre as ameaças que hoje sofrem os isolados, seus territórios e suas formas de vida.*

Territórios dos isolados

e mosaicos de áreas protegidas na fronteira Brasil-Peru

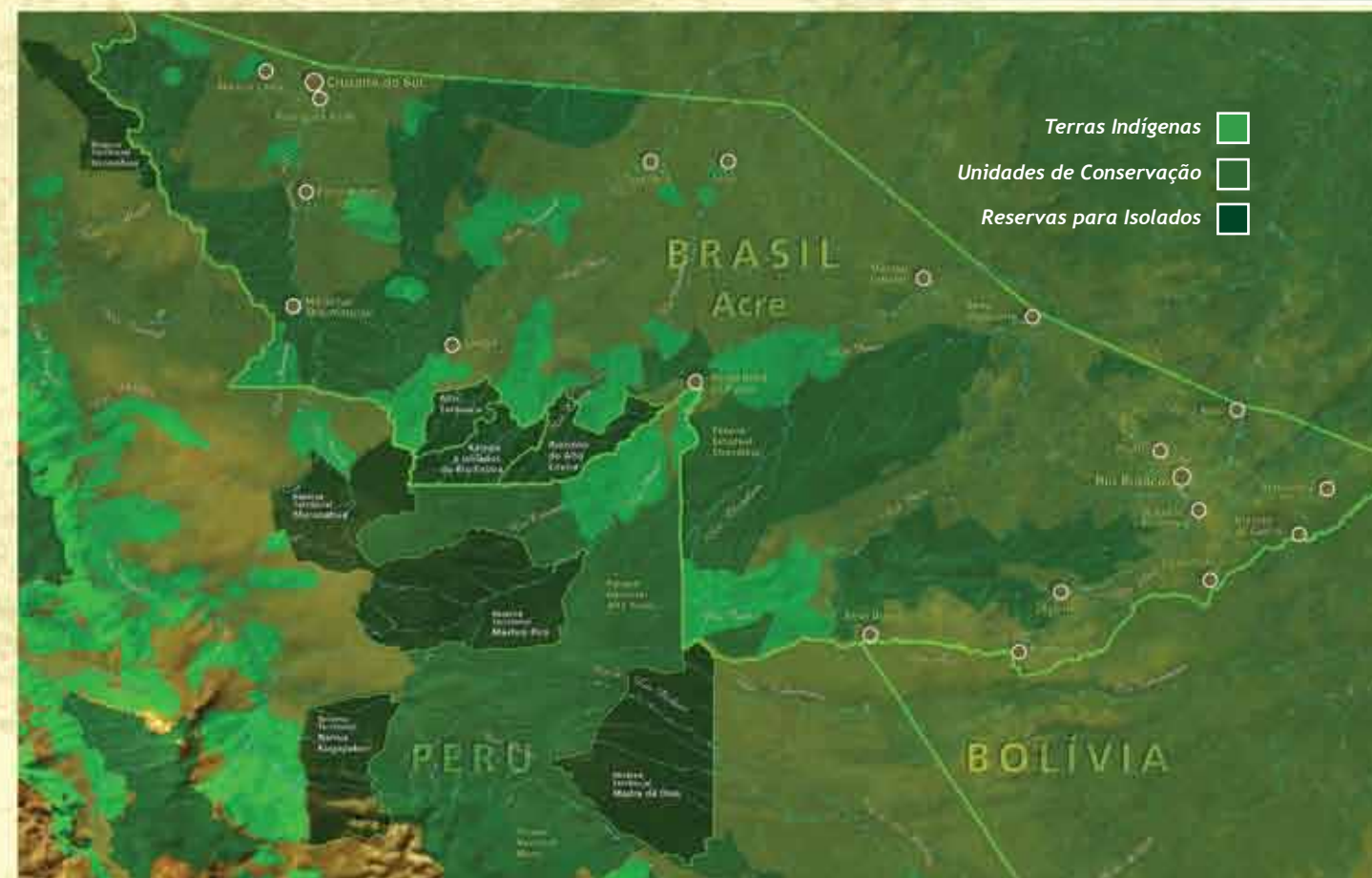
Municípios	Terras Indígenas e Unidades de Conservação	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica	
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri	937	313.647	Regularizada	
		Jaminawa	304			
Santa Rosa e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Isolados		260.970	Declarada/ Demarcada	
		Ashaninka	15			
Feijó	Jaminauá/Envira	Ashaninka	134	80.618	Regularizada	
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka	358	232.795	Regularizada	
		Isolados				
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	541	127.383	Regularizada	
Kulina do Rio Envira	Kulina	281	84.364	Regularizada		
Feijó e Jordão	Alto Tarauacá	Isolados		142.619	Regularizada	
Jordão	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Isolados		287	Restrição de uso	
	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.249	87.293	Regularizada	
Jordão e Marechal Thaumaturgo	Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá	695	31.277	Regularizada	
		Ashaninka	70			
Sena Madureira e Santa Rosa	Parque Estadual Chandless	-	20	695.303	Dec. Estadual 2/9/2004	
Totais =	6	11	5 + isolados	4.604 + isolados	2.056.556	

No final da década de 1970, a Funai iniciou o processo de reconhecimento e regularização de terras indígenas no Acre. Hoje, quatro décadas depois, o Estado possui 36 terras indígenas (TIs) reconhecidas pelo governo federal. Juntas, essas terras somam 2.439.982 de hectares, distribuídas em 11 dos 22 municípios acreanos. Nelas vivem 15 povos indígenas, uma população de pouco mais de 16,5 mil índios, além de quatro diferentes grupos de isolados.

São quatro as terras indígenas oficialmente reconhecidas para povos isolados no Acre nas cabeceiras dos rios Envira e Tarauacá: Kampa e Isolados do Envira, Alto Tarauacá e Riozinho do Alto Envira e Igarapé Taboca do Alto Tarauacá. Elas somam mais de 636 mil hectares.

Isso não significa que os povos isolados fiquem restritos a essas áreas. Pelo contrário: como não reconhecem limites e são habitantes antigos das terras localizadas ao longo da fronteira internacional Brasil/Peru, esses grupos estendem seus territórios de uso de recursos naturais por outras terras indígenas nos vales dos altos rios Acre, Purus e Juruá.

Ao longo da fronteira internacional Brasil-Peru e de suas cercanias, dez terras indígenas e um parque estadual, com extensão total de 2 milhões de hectares, distribuídas em seis municípios, são usadas pelos isolados como territórios de moradia permanente e/ou de uso de recursos naturais. Três das terras indígenas são exclusivamente destinadas aos isolados. As demais terras e o parque são compartilhados com outros povos indígenas ou com agricultores e extrativistas.



Sabe tudo!

* No Acre, a fronteira com o Peru é constituída por 10 terras indígenas e 4 unidades de conservação, que somam 3 milhões de hectares. Além dos isolados, ali vivem 6 povos indígenas e famílias de agricultores e extrativistas.

* Essas terras integram um mosaico contínuo de 45 áreas protegidas, nos Vales do Acre/Purus e do Juruá, formado por terras indígenas, reservas extrativistas, florestas nacionais, florestas estaduais, um parque nacional, um parque estadual, uma estação ecológica e uma área de relevante interesse ecológico. Somam 7,6 milhões de hectares (46% do Estado do Acre). Nelas vivem cerca de 30 mil índios, agricultores e extrativistas.

* No lado peruano da fronteira, 4 reservas territoriais para os índios em isolamento voluntário somam pouco mais de 2,3 milhões de hectares. São as Reservas de Madre de Dios, Isconahua, Murunahua e Mashco-Piro.

* Há hoje na fronteira Brasil-Peru, no trecho que coincide com o Estado do Acre, um mosaico contínuo de 15 milhões de hectares, formado por terras indígenas e unidades de conservação.

* Nessa região fronteiriça nascem grandes afluentes dos rios Solimões e Amazonas. Proteger as florestas onde vivem dos isolados é importante para preservar esses recursos hídricos e garantir o abastecimento de água potável de moradores da floresta e de várias cidades do Acre.

Quem são os isolados?

Não existe uma resposta exata a esta pergunta já que os isolados são grupos indígenas que até hoje recusam o contato com o branco, mantendo-se afastados. Por isso, a autodenominação desses povos ainda é desconhecida. Mas eles recebem diferentes nomes dados por outros índios. Para os Jaminawa e Manchineri do Alto Rio Iaco, eles são os Masko; os Ashaninka os chamam de Amiwaka; e os Kaxinawá de Yaminawa. Para os seringueiros, ribeirinhos e o restante da população regional, eles são os “brabos”.

Até agora foi confirmada a presença de quatro grupos distintos de isolados no Acre. Três deles possuem malocas e roçados em duas terras indígenas Kampa de Isolados do Rio Envira e Riozinho do

Alto Envira – e um outro é nômade.

Os grupos com habitações fixas têm uma população estimada em 600 índios concentrados em três conjuntos de malocas, com aproximadamente 75 habitações. As malocas estão situadas nas cabeceiras dos rios Humaitá, no Alto Igarapé Xinane e no Alto Riozinho, na linha da fronteira Brasil-Peru.

São provavelmente falantes de línguas da família Pano. Possuem extensos roçados, onde cultivam diversas espécies: milho, macaxeira, mamão, banana, batata doce, amendoim, urucum, cana. Também plantam algodão, que usam para fazer cintos (homens), saias (mulheres) e ornamentos para a cabeça.

Segundo dados reunidos pela Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira, um desses povos se assentou no Alto Igarapé Xinane há menos de dois anos. Eles vieram do lado peruano da fronteira, como resultado de ações ilegais de madeireiros na Reserva Territorial Murunahua e no Parque Nacional Alto Purus. Os outros dois povos vivem há décadas em território brasileiro e estão em franco crescimento populacional.

O quarto grupo identificado na região é formado pelos Mashco Piro. Eles já foram vistos nas cabeceiras dos rios Iaco e Envira, no lado brasileiro. Diferentes dos outros grupos isolados, os Mashco não praticam a agricultura e seus acampamentos são temporários.





Isolados do Riozinho

Casas altas, de duas águas, no meio do roçado. Nota-se a arquitetura diferenciada entre os grupos localizados, evidenciando que são povos distintos. Esta maloca, recém construída, está localizada nas margens do igarapé Riozinho, na Terra Indígena Riozinho do Alto Envira.



Isolados do Xinane

Oriundos das cabeceiras do rio Envira, no território peruano, este grupo fixou-se no igarapé Xinane, na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira. Esta migração é devida à exploração ilegal de madeira no Peru, que tem comprometido a existência de vários povos isolados.

Isolados do Humaitá/Envira

Casa de morada (maloca) de aproximadamente 35 metros de comprimento, situada na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira. No entorno, roçados de milho, mandioca, cará, inhame, banana, urucum, algodão, batata doce e amendoim.



Isolados do Humaitá/Envira

As três primeiras casas, onde a palha não vai até o chão, são de serviço (cozinha, tecelagem, etc.). As demais são moradias abandonadas.

Essas imagens revelam a presença inquestionável de homens, mulheres e crianças indígenas vivendo de forma tradicional, sem contato com a chamada civilização. Vivem livres, sadios e dispostos a defender seus territórios e modo de vida.

Guerreiros pintados de urucum (vermelho) e um deles pintado de jenipapo (preto). No chão, algodão batido em uma esteira. As índias fiam e tecem algodão para a confecção de redes, cintos e tiaras. Os homens raspam o cabelo da testa, deixando-o alongado na nuca.



Os Mashco Piro

Os chamados Mashco Piro são um povo isolado da família linguística Arawak, habitante das cabeceiras dos rios Madre de Dios, las Piedras, Tahuamanu, Iaco, Chandless, Purus, Envira e Juruá, em território peruano. São grupos de caçadores e coletores que não se fixam por muito tempo em um local. Na época do verão, quando os rios estão secos, descem os mesmos à procura de caça, chegando até o território brasileiro.

Embora acampe nas praias durante verão, este povo não come peixe. Sua alimentação é composta de carne de caça e coco de ouricuri, além de frutos silvestres. Os Mashco não praticam nenhum tipo de agricultura e seus acampamentos são temporários. Eles evitam o contato e fogem ao primeiro sinal deixado por brancos ou outros índios. Quando ameaçados, reagem violentamente.

Em 2004, um grupo formado por 300 Mashco-Piro cercou a base da Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira. O pessoal da Frente, quando viu o grupo se aproximando, saiu correndo do local. Os índios não levaram nada do material de trabalho da equipe, nem tampouco perseguiram os homens. Para o sertanista José Carlos Meirelles isso prova que os isolados só atacam quando são ameaçados primeiro.

A pressão dos madeireiros peruanos em territórios tradicionais do povo Mashco-Piro, inclusive nas duas reservas criadas para sua proteção (Mashco-Piro e Madre de Dios), tem alterado as formas tradicionais de migração deste povo e provocado conflitos com madeireiros e com outros grupos indígenas, como os Mastanahua, Amahuaca e Ashaninka. As ameaças

Acampamento tradicional de verão, nas praias do Rio de Las Piedras, feito de palha de jarina. Este povo não usa rede, dorme no chão. No detalhe à direita, é bem visível o saio de tucum usado pelas mulheres. Os homens andam nus e não aparecem nas fotos, provavelmente por estarem caçando.

Fotos tiradas por Heinz Plenge durante sobrevôo realizado pelo Instituto Nacional de Recursos Naturales, órgão ambiental peruano, e a Sociedade Zoológica de Frankfurt, no rio de Las Piedras, no Parque Nacional Alto Purús, em setembro de 2007.

têm levado os Mashco a migrar e a permanecer, com maior frequência e por temporadas mais longas, inclusive no período do inverno, em terras indígenas no lado acreano da fronteira.

A equipe da Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira localizou, em 2004, dezenas de tapiris construídos pelos Mashco-Piro numa praia do Envira, próxima à base da Frente. Segundo observou o sertanista José Carlos Meirelles, os índios não usaram facões nem terçados para montar o acampamento: as palhas de jarina dos tapiris foram quebradas com as mãos. No local foram encontradas 11 cabeças de anta, 30 de queixadas e várias cabeças de veados e macacos, além de 62 cascos de jabuti.



Vivendo na floresta

Conheça um pouco dos saberes tradicionais que permitem aos isolados viver com tecnologias simples, perfeitamente adaptadas à realidade da floresta tropical úmida.

Usando o fogo, cerâmica, alguns instrumentos de corte, machados de pedra, pedaços de madeira dura para quebrar pequenos arbustos, os isolados conseguem fazer suas malocas, roçados, fabricar arcos e flechas, tecidos e cozinhar alimentos.

Produzem arte através da confecção de colares, tiaras, cocares e pintura corporal. Em alguns grupos, as mulheres fiam e tecem algodão, confeccionando redes, cintos e tiaras. Em outros, as mulheres fazem saiotas, redes e tipóias usando tucum.

O papel das mulheres

Cabem às mulheres as tarefas domésticas como cozinhar, carregar água, fiar, produzir cerâmica, tecer abanos, paneiros e cestos. A conservação dos roçados limpos e o transporte de alimentos são também tarefas suas.

Mulher Mashco

As mulheres desse povo isolado nômade usam uma saia de tucum e colares de dentes de macaco. Tomam conta dos acampamentos, das crianças, do fogo para preparação dos alimentos.

O papel dos homens

Os homens são responsáveis pela segurança da família, a construção das casas, a abertura dos roçados e o abastecimento de caça, peixe e frutas. Fabricam seus arcos e flechas, além de produzir colares, cocares e outros artefatos usados diariamente e em festas e rituais.

Como um índio isolado faz um arco de pupunha, uma das madeiras mais duras da Amazônia?

1. A pupunheira, uma palmeira, é derrubada com fogo.
2. Novamente com fogo, corta-se o caule do tamanho que será o arco.
3. O pedaço de tronco é batido até o mesmo rachar.
4. Da rachadura, é feita uma ripa bruta da qual será confeccionado o arco.
5. A ripa é raspada até dar a forma de um arco, fazendo uso de dente de queixada e caítitu.

Esse trabalho demora cerca de dois a três meses, pois é feito à noite e nas horas de folga. Por este motivo, o homem está sempre trabalhando em um arco. Possui um, mas sempre é bom ter outro de reserva.





Tear de cintura com instrumental de canas e madeiras. Índios Kaxinawá.

Instrumentos e fogo

O fogo é conseguido friccionando uma haste de madeira dura sobre uma mais mole, com grande velocidade. Uma vez conseguido, os isolados procuram não deixar o fogo apagar, pois o processo é demorado e trabalhoso. Os instrumentos de corte são feitos de dentes de capivara, paca, quatipuru, caítitu, queixada e pacarana.



Como fazer casas

As malocas são sempre construídas em terreno alto e arenoso, evitando a formação de lama no tempo das chuvas.

A madeira para construção de malocas é cortada com fogo. Os machados de pedra são usados para tirar a casca das árvores para que elas sequem. A cobertura é tirada das palheiras (ouricuri e jarina). As linhas, caibros e vigas são amarradas com cipó nas cumieiras e esteios. As casas de moradia são cobertas de palhas que vão até o chão. Nas casas de serviço, tipo cozinha, a palha não chega ao chão.

O uso de machados e terçados facilita bastante esses trabalhos.

Plantando, tudo dá.

A fertilidade das terras firmes possibilita aos povos isolados desenvolver uma agricultura diversificada, principalmente de mandioca, banana, milho, cará e inhame, além de mamão, urucum, algodão e mais espécies domesticadas e melhoradas pelo cultivo seletivo. Os legumes dos roçados, a caça farta, o peixe à época da estação seca e os recursos da floresta proporcionam a esses povos condições de manterem uma densidade populacional relativamente alta.

O perigo voltou

A pressão de madeireiros peruanos e a ameaça de novas correrias no século XXI



A Exploração petrolífera e de gás

Desde 2007, o governo peruano intensificou a concessão de lotes para a prospecção e a exploração de petróleo e gás. Em 2008, 49 milhões de hectares, 72% da Amazônia peruana, estavam sob concessão. Parte desses lotes está sobreposta a unidades de conservação, terras de comunidades nativas e a reservas territoriais de índios isolados.

Organizações indígenas no Peru e no Brasil têm alertado para os trágicos impactos que a pesquisa e a extração de petróleo e gás terão sobre territórios e formas de vida dos índios isolados. Denunciam ainda que as concessões dos lotes foram feitas sem consulta prévia às comunidades e suas organizações, como recomendam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Há lotes petrolíferos ao longo da fronteira Brasil-Peru. Têm limites, no Acre, com terras indígenas e unidades de conservação: é o caso das TIs Kampa do Rio Amônia e Cabeceira do Acre, do Parque Nacional da Serra do Divisor e da Estação Ecológica Rio Acre, regiões onde, no lado peruano, há intensa atividade, legal e ilegal, de extração madeireira.

Vários lotes incidem em bacias hidrográficas binacionais e trinacionais, cujos cursos entram no Estado do Acre e são fonte de água para moradores na floresta e nas cidades.

A pesar dos avanços da política nacional para a proteção e a garantia de direitos dos índios isolados, a primeira década do século XXI chegou reavivando antigas ameaças: a invasão dos seus territórios e as correrias.

Na região da fronteira Brasil-Peru, essa ameaça é resultado da política adotada pelo governo peruano ao conceder, em 2001 e 2003, extensas áreas de florestas a empresas madeireiras. Nos últimos anos, devastações têm sido promovidas nessas áreas com a abertura de estradas, redes de ramais e trilhas para a extração e o transporte

de madeiras nobres. Além de provocar impactos negativos no meio ambiente, comprometendo a fauna e os recursos hídricos, essa política do governo peruano acabou por incentivar as atividades de madeireiros ilegais, em terras indígenas, reservas territoriais destinadas aos isolados e em unidades de conservação.

Sem a devida fiscalização pelo governo, madeireiros ilegais têm invadido partes das Reservas Territoriais Murunahua e Mashco-Piro e do Parque Nacional Alto Purus, territórios dos índios isolados situados na fronteira com o Brasil.

Organizações indígenas e de defesa dos direitos dos isolados têm denunciado a ocorrência de correrias feitas para afastar os índios isolados das áreas ricas em madeiras nobres (mogno e cedro).

A invasão de seus territórios e a ameaça resultou ainda na migração de famílias de índios isolados para a Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, no Estado do Acre. Dados da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira (FPERE), da Funai, mostram que desde 2006 novos conjuntos de malocas de índios “isolados” foram abertos no alto igarapé Xinane.

A chegada dessas famílias na Terra Indígena Kampa do Rio Envira é auspiciosa, pois ali contarão com um território protegido pelas ações da FPERE.

No entanto, os reordenamentos territoriais causados pela chegada desse povo representam hoje risco de novos conflitos com os outros grupos isolados, os Kaxinawá, Ashaninka e Madijá, além dos seringueiros que vivem nos altos rios Envira, Murú, Humaitá, Tarauacá e Jordão, nessa região de fronteira com o Peru.



O povo Mashco usa como áreas de deslocamento, na época do verão, as cabeceiras dos rios Iaco, Chandless, Purus, Envira e Juruá. Com a invasão de seus territórios por madeireiros ilegais, os Mashco têm realizado incursões e permanecido por períodos mais longos em terras indígenas e no PE Chandless, no lado brasileiro.

Sabe tudo!

As ações ilegais de empresas madeireiras peruanas têm penetrado em território brasileiro, especialmente na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor.

A Forestal Venao SRL, sediada em Pucallpa, é, desde 2001, a principal empresa madeireira em operação no alto rio Juruá peruano. Hoje atua em várias comunidades nativas Ashaninka, Amahuaca e Jaminawa. Nessa região abriu extensa rede de ramais para a retirada e transporte da madeira, usando maquinário pesado. Suas atividades têm causado problemas socioambientais nos dois lados da fronteira e, inclusive, questões diplomáticas entre os governos do Brasil e Peru.

Em março de 2005, o Programa de Ação Especial para Combate ao Trabalho Forçado, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgou o estudo "Trabalho forçado na extração de madeira na Amazônia Peruana". O documento revelou a violência da atividade madeireira contra os indígenas da região, comprovando a ocorrência de correrias, epidemias, deslocamentos forçados entre os povos isolados, e conflitos motivados pelo avanço da atuação de madeireiros em territórios indígenas.

Atualmente, a pressão provocada pela extração ilegal de madeira no lado peruano é a maior ameaça à integridade dos povos isolados que vivem ao longo da fronteira internacional. A solução para esse problema depende da atuação do governo peruano, por meio da fiscalização das concessões madeireiras, da interrupção das

atividades ilegais e da garantia dos territórios indígenas. Mas é também atribuição dos órgãos do governo brasileiro salvaguardar os grupos isolados, a biodiversidade e os recursos hídricos existentes nessa ampla região fronteiriça. Políticas públicas que visem resolver esses problemas na fronteira Brasil-Peru devem

fazer parte das agendas de cooperação e de integração regional em discussão entre os governos dos dois países, e do Estado do Acre e do Departamento do Ucayali, hoje centradas nas grandes obras de infra-estrutura, na integração energética e no incremento do intercâmbio comercial.

O crescimento da população

A fartura nos roçados e a ampliação dos territórios de uso comprovam a eficiência da política de proteção.

Conjuntos de malocas distribuídos por terras firmes nos divisores de águas dos rios Humaitá e Envira mostram vitalidade do crescimento populacional dos isolados nas últimas duas décadas. (Foto: Gleilson Miranda, SECOM/AC, 2008).

A proteção oferecida pela Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira (FPERE), da Funai, nos últimos vinte anos propiciou aos isolados tranquilidade. Nesse período, a sua população cresceu e seus roçados e áreas de uso se expandiram, como comprovado ao comparar fotos de sobrevôos realizados em final da década de 1980 e em 2008.

Em primeiro lugar, as malocas das terras firmes dos divisores de águas do rio Humaitá com as cabeceiras dos igarapés Paranzinho, Inês, Maronaua e Anjo, afluentes da margem esquerda do alto rio Envira, não só aumentaram em número como em tamanho. Seus roçados são enormes, todos plantados de macaxeira, milho, algodão, banana, cana, batata, mamão, urucum e possíveis outras variedades de legumes que não são detectáveis nas fotos. Localizamos seis malocas desse grupo.

Desde o primeiro sobrevôo, há vinte anos, esse grupo isolado praticamente dobrou a sua população. Essas seis malocas do Humaitá/Envira são de ocupação antiga nesta região. Ultimamente estão se deslocando mais para o lado do Envira.

Talvez, porque esteja mais tranquilo lá do que nas cabeceiras da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, que os isolados compartilham com os Kaxinawá. Esse grupo é mais veterano, a gente os conhece há mais de 20 anos. Desde então, aumentou sua população e o número de suas malocas.

Apesar das limitações do trabalho da FUNAI, ele vem dando bons frutos. Esse aumento demográfico da população de isolados é uma prova concreta disso. Os povos isolados só aumentam as suas populações se suas terras estiverem protegidas, sem sofrer pressões e invasões. Assim dá tempo para colocar roçados com tranquilidade, sem estar correndo e fugindo de um lado para o outro. Hoje, eles possuem grandes roçados, vivem numa grande fartura. E, além disso, quando estão tranquilos, procriam muito, aumentam sua população.

A segunda conclusão é que nas duas malocas na Terra Indígena Riozinho do Alto Envira também há roçados grandes, novos e velhos, com muita banana, macaxeira, mamão, milho e outras plantações. Estão vivendo com fartura e colocando novos roçados.

Essas duas malocas foram localizadas pela primeira vez nos sobrevôos que fizemos em 2003 e 2004, quando da identificação dessa terra indígena.

No sobrevôo de 2008, um fato nos impressionou: o deslocamento dessas malocas para perto das margens das cabeceiras do Riozinho, o que não acontecia antes. Com a vigilância dos limites da área pela FPERE, as invasões diminuíram e eles se sentem mais tranquilos para viver na beira de igarapés maiores, como o Riozinho, Furnanha e Jaminauá, o que facilita a captura de peixes.

As malocas do Riozinho estão bem próximas do Paralelo 10º Sul, linha da fronteira internacional do Brasil com o Peru. Do outro lado da fronteira, corre o rio Curanja, afluente do rio Purus, numa região bastante protegida do Parque Nacional Alto Purus, onde também há notícias da presença de índios isolados, que dizem ser Mastanawa.

A terceira conclusão foi a descoberta de duas novas malocas nas cabeceiras do igarapé Xinane, que nos mapas do IBGE é chamado de Cachoeira Progresso. Essas malocas estão também próximas

à fronteira Brasil-Peru. Uma dessas malocas é bem recente, confirmando, a partir de 2006, a migração deste grupo isolado do lado peruano da fronteira para o alto rio Envira. Trata-se de um terceiro grupo de índios isolados.

O fato é que as populações de índios isolados estão aumentando no Acre. E por dois principais motivos. O primeiro é a proteção que a FPERE tem lhes proporcionado. O segundo é a lamentável expulsão de povos isolados do Peru para a Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira. Certamente essa migração de grupos isolados para o território acreano é consequência da intensificação das atividades de exploração ilegal de madeira nos altos rios Juruá e Envira, no lado peruano da fronteira, inclusive na Reserva Territorial Murunahua e no Parque Nacional Alto Purus.

** Adaptado de "População de isolados aumenta como resultado da proteção aos seus territórios", publicada no Jornal Página 20 (Coluna Papo de Índio), a 27.07.2008. As observações de Meirelles fazem parte de uma longa entrevista concedida ao antropólogo Terri Valle de Aquino e ao jornalista Elson Martins em fevereiro de 2008.*

Perspectivas e desafios

Base Xinane:
Sede da Frente de
Proteção Etnoambiental
Rio Envira.

Novos desafios constam hoje da agenda da FPERE para dar continuidade às ações de proteção dos índios isolados e de seus territórios no Estado do Acre.

Há hoje uma crescente pressão dos isolados à procura de bens industrializados que aprenderam a usar desde os primeiros contatos com o mundo dos seringais (machados, facões, facas, panelas) e de outros que levam por pura curiosidade. Para suprir essas necessidades, realizam em casas de indígenas Kaxinawá, Madijá, Ashaninka e de agricultores e extrativistas, saques no entorno de seus territórios.

Como estratégia para que essas comunidades indígenas e de brancos sejam aliadas nas ações de proteção aos isolados, a FPERE, em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), realizou as duas primeiras “oficinas de informação e sensibilização sobre índios isolados”: a primeira na Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá, em maio de 2009, e a segunda nas TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência,

e no seringal D’Ouro, no alto rio Tarauacá, em abril de 2010.

Reunindo lideranças e chefes de família nas aldeias, as oficinas tiveram por objetivo atualizar informações sobre a presença dos índios isolados, locais de ocorrência de contatos visuais, saques e conflitos e os padrões de ocupação e uso de recursos naturais pelos isolados. Visam expor a legislação e as diretrizes que norteiam a política oficial de proteção aos isolados. E, ainda, promover discussões visando valorizar atitudes de respeito e não violência em relação aos isolados com quem compartilham suas terras.

Como resultado dessas discussões, as lideranças Kaxinawá resolveram destinar partes significativas das cabeceiras dos rios Humaitá e Jordão para uso exclusivo dos isolados, reconhecendo sua presença nessas duas terras indígenas.

As oficinas trouxeram subsídios aos estudos preliminares sobre a presença de índios isolados na TI Kaxinawá do Rio Humaitá e seu entorno,



Na Município de Jordão, Meirelles faz apresentação das fotos do sobrevôo às autoridades e aos moradores da cidade e das vizinhanças, como parte das atividades de informação e sensibilização. (Foto: Gleilson Miranda, SECOM/AC, 2008)

solicitados pela Presidência da Funai em outubro de 2009. A inicial interdição de uma área entre as cabeceiras dos altos rios Murú e Tarauacá, adjacente a terras indígenas já reconhecidas para os isolados e por eles partilhadas com outros indígenas, com a posterior identificação e delimitação de uma nova terra indígena, a ser feita por grupo técnico da Funai, é medida a ser avaliada pela Diretoria de Assuntos Fundiários do órgão. Essas ações são hoje necessárias, defendem os Kaxinawá, face à inegável expansão dos territórios dos índios isolados nos últimos anos e à eminente possibilidade de conflitos.

Outros desafios estão em pauta. A instalação do Posto de Vigilância e Proteção Alto Murú, nos fundos da TI Alto Tarauacá, está prevista como estratégia para evitar as constantes invasões de caçadores e pescadores vindos da sede do Município de Jordão e dos arredores. Índios Kaxinawá integrarão a equipe do Posto e participarão das atividades de vigilância e monitoramento sob orientação a FPERE.

Em 2009, as bases da FPERE foram observadas

pelos isolados, que pela primeira vez se mostraram e acenaram do outro lado do rio Envira. Esta atitude mostra confiança e o início de um novo “diálogo”, que poderá gerar um futuro contato, deslanchado pelos isolados. Caso isto ocorra, a FPERE deverá estar aparelhada de equipamentos e de pessoal especializado e contar com um plano de contingência para garantir a saúde dos isolados.

Por fim, as trágicas consequências sobre os territórios e as formas de vida dos isolados que poderão advir das políticas de concessão madeireira e de petróleo e gás promovidas pelo governo peruano, bem como outras atividades ilegais em curso na região da fronteira com o Peru, exigirão da FPERE, da Coordenação Geral de Índios Isolados e da Presidência da Funai uma crescente participação em agendas binacionais de negociação e em diálogos com organismos internacionais, bem como o fortalecimento de alianças e parcerias com organizações indígenas e da sociedade civil.

galeria dos ISOLADOS



O sertanista José Carlos Meirelles, o auxiliar de frente, Artur Figueiredo Meirelles (agachado) e o piloto João Bó, momentos antes do sobrevôo às malocas dos isolados.



Meirelles e Francisco Piyáko durante o sobrevôo.



Vea as imagens do sobrevôo realizado nos dias 10 e 11 de julho de 2009 pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles e pelo Assessor Especial dos Povos Indígenas do Governo do Acre, Francisco Piyáko, como parte das ações de monitoramento da Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira. As fotos são de Gleilson Miranda, da Secretaria de Estado de Comunicação, e hoje integram o acervo da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIICR), da FUNAI. Na seleção a seguir, foram priorizadas fotografias dos habitantes das malocas das cabeceiras do rio Humaitá e suas reações à passagem do avião. Em 2010, novas imagens foram registradas.

















Fotos de Gleilson Miranda, realizadas em maio de 2010, gentilmente cedidas pela Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira.

Saiba Mais

Bicho perigoso mesmo é o capitalismo selvagem na floresta amazônica. José Carlos dos Reis Meirelles. Jornal Página 20 (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 6 de julho de 2008.

Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira. Sobrevôo. José Carlos dos Reis Meirelles. Brasília, Funai, 12 de maio de 2008.

Geopolítica das fronteiras acreanas com o Peru e os povos indígenas. Marcelo Piedrafita Iglesias & Terri Valle de Aquino (Texto de Subsídio ao Eixo do Cultural Político, do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre - Fase II). Rio Branco, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, fevereiro, 2006.

Índios brabos atacam na fronteira do Acre com o Peru. Terri Valle de Aquino & Tenê Kaxinawá (Getúlio Sales). Jornal A Gazeta (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 2 de outubro 1988.

Invasão de madeireiros peruanos no alto rio Envira: um chamado à atenção. Marcelo Piedrafita Iglesias. Página 20 (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 19 de fevereiro 2006.

Los Pueblos Indigenas en aislamiento. Su lucha por la sobrevivencia y la libertad. Beatriz Huertas Castillo. Lima, Tarea Gráfica Educativa, 2002.

O Alto Tarauacá, 1926. In: Tastevin, Parissier. **Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá.** Manuela Carneiro da Cunha, org. Rio de Janeiro, Museu do Índio, 2009.

O gentio acreano. José Moreira Brandão Castello Branco. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 207, abril-junho, 1950.

Os índios isolados da região entre as cabeceiras dos Rios Breu, Jordão, Tarauacá, Humaitá e Envira. José Carlos dos Reis Meirelles. Manaus, Funai, 1987.

Os Kaxinawá e os brabos: territórios e deslocamentos populacionais na fronteira do Acre com o Peru. Terri Valle de Aquino & Marcelo Piedrafita Iglesias. Travessia. Revista do Migrante, São Paulo, Nº 24, janeiro-abril, 1996.

Onde e como vivem os Índios Isolados. José Carlos dos Reis Meirelles. Site da Biblioteca da Floresta, Governo do Estado do Acre. Rio Branco, 2008.

O povo que planta pedra; “No tempo do novo “ouro negro”: uma parábola. José Carlos dos Reis Meirelles & Marcelo Piedrafita Iglesias. Jornal Página 20 (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 4 de março de 2007.

Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Marcelo Piedrafita Iglesias. (Tese de doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2008.

População de isolados aumenta como resultado da proteção aos seus territórios. José Carlos dos Reis Meirelles. Jornal Página 20 (Coluna Papo de

Índio), Rio Branco, 27 de julho 2008.

Povos indígenas isolados no Estado do Acre: situação atual, políticas de proteção, dinâmicas fronteiriças e agendas binacionais. José Carlos dos Reis Meirelles & Marcelo Piedrafita Iglesias. (Apresentação no “Encuentro Regional para garantizar la protección y el respeto de los derechos de los pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial de la frontera Perú-Brasil”). Pucallpa, Ucayali, 31 de outubro 2008.

Projeto para a Instalação da Frente de Atração Rio Jordão, na Jurisdição da Administração Regional de Rio Branco/Ac - 5ª Superintendência Executiva Regional da Funai. Antônio Pereira Neto. Brasília, Funai, fevereiro de 1987.

Prospecção de petróleo e gás nas florestas acreanas. Terri Valle de Aquino & Marcelo Piedrafita Iglesias. Jornal Página 20 (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 25/02/2007.

Relatório técnico de identificação e delimitação da Terra Indígena Alto Tarauacá, Município de Jordão-Ac. Antônio Pereira Neto. Rio Branco, Funai, dezembro, 1999.

Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Riozinho do Alto Envira – Funai. Maria Elisa Guedes Vieira. Brasília, Funai, 2005.

Revista Povos Indígenas no Acre. Publicação do

Governo do Estado do Acre – Fundação de Cultura Elias Mansour. Rio Branco, abril de 2010, 198 pag.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II - Documento Síntese. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: Escala 1:250.000. Rio Branco. Acre. 2006.

Fontes na Internet

Biblioteca da Floresta
<http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br>

Instituto Socioambiental – ISA
www.socioambiental.org

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
<http://www.funai.gov.br>



Governo do Estado do Acre

Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Governador

Carlos César Correia de Messias
Vice-Governador

Daniel Queiroz de Sant'Ana
Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM

Carlos Edegard de Deus
*Chefe do Dept.º Estadual da Diversidade Socioambiental
Coordenador da Biblioteca da Floresta*

María Corrêa da Silva
Secretária de Estado de Educação

Francisco Piyako
Assessor Especial dos Povos Indígenas

Revista Índios Isolados no Acre

Elaboração dos Textos

Marcelo Piedrafita Iglesias, José Carlos dos Reis Meirelles,
Txai Terri Valle de Aquino, Vássia Silveira

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações

Maurício de Lara Galvão

Edição e Organização

Carlos Edegard de Deus, Élson Martins,
Marcelo Piedrafita Iglesias, Maurício de Lara Galvão

Revisão

Vássia Silveira, Aurélia Hubner

Consultoria Antropológica

Marcelo Piedrafita Iglesias

Fotos

Acervos da Biblioteca da Floresta, Arquivo Histórico do Itamaraty - MRE, Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC) - FUNAI, Comissão Pro Índio do Acre – CPI/AC, Secretaria de Estado de Comunicação do Acre / Gleilson Miranda, Heinz Plenge.

Colaboradores

Equipe Técnica da Bibliotecada Floresta: Aurelia Hubner, Elaine Alves de Souza, Elzira Maria Rodrigues Reis, Fernada Birolo Kátia Monteiro Matheus, Maria Rodrigues da Silva, Maria de Fátima Ferreira da Silva, Maria Sebastiana de Medeiros, Maria do Socorro Cordeiro, Maurício de Lara Galvão, Marisa Fontana, Lucas Mortari, Paula Suelen, Rafael Barros Sales, Élson Martins, Marcos Afonso Pontes, Toinho Alves

Realização

Governo do Estado do Acre
Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM
Departamento Estadual da Diversidade Socioambiental/Biblioteca da Floresta

Parceria

Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira - CGIIRC – FUNAI
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC





Fundação de Cultura Elias Mansour / FEM
Via Parque da Maternidade s/nº, Centro
CEP: 69.900-000 - Rio Branco - Acre
Fone: (68) 3223 9939 / Fax: (68) 3223-5659
e-mail: biblioteca.floresta@ac.gov.br /
Site: www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br

